



PLENÁRIO

Desmatamento é alvo de uma das MPs que trancam a pauta

PÁGINAS 2 E 11

A outra medida provisória a ser examinada pelos senadores cria a Superintendência de Previdência Complementar

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI — Nº 2.156/35 — Brasília, 13 a 19 de junho de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Governo e oposição negociam comando da comissão que investigará denúncia de propina nos Correios

Acordo ou voto deve remover pedra no caminho da CPI

PÁGINAS 3 A 7

Bloqueio de emendas parlamentares gera impasse

Dispositivo que proíbe o bloqueio de emendas de senadores e deputados, que seria incluído na LDO de 2006, é rejeitado pelo governo.

PÁGINA 9

Dedução do IR para doações de livros

Comissão de Educação discute projeto do senador Roberto Saturnino que incentiva doações a bibliotecas públicas.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19

ALTO RISCO

GUILHERME FILHO/SECOM-MT



Governo não libera verbas suficientes para manutenção dos 58 mil quilômetros de rodovias federais: problema será tema de fórum promovido pelo Senado

Rodovias recebem só 2% dos recursos previstos

PÁGINA 8

Empresários em busca de maior eficiência

Menos impostos, menos burocracia, mais eficiência. Essas são algumas mudanças que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas deverá trazer, segundo proposta entregue aos presidentes do Senado e da Câmara.

PÁGINA 10

Pode acabar desconto em salário de domésticos

PÁGINA 13

— cidadania

Inscrição na Previdência é direito de todos

O pagamento da contribuição mensal garante muitos benefícios. O INSS oferece atendimento pelo telefone e pela Internet.

PÁGINA 20

PROPINA Se não houver acordo, governo e oposição se enfrentarão para escolher presidente e relator

CPI define comando nesta terça-feira



O presidente e o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios devem ser escolhidos nesta terça-feira mediante voto ou acordo de lideranças. A comissão foi instalada na última quinta-feira, mas a falta de entendimento entre governo e oposição sobre quem ocupará os dois cargos resultou em impasse sobre a definição dos nomes.

Os governistas querem as funções de presidente e relator para um parlamentar do PT ou um do PMDB, pois segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), os cargos cabem aos partidos que têm, respectivamente, a maior bancada na Câmara e no Senado. Já a oposição – PSDB e PFL – argumenta que, por tradição, cabe a eles a prerrogativa de indicar o relator. De acordo com os opositores, sempre há rodízio entre oposição e governo nas CPIs mistas.

O presidente do Senado, Renan Calhe-

ros, afirmou que, se o impasse for mantido, vai tentar ajudar reunindo os líderes. A seu ver, “muitas vezes o voto não é a melhor saída, sobretudo numa hora dessas, quando é importante somar esforços para esclarecer, para investigar”.

Já o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), salientou que os governistas chegaram a propor que a presidência ficasse com um opositor, desde que o nome fosse escolhido pelo governo, e argumentou que “concordar com isso seria uma farsa”. A oposição indicara para

a relatoria o senador César Borges (PFL-BA), que não foi aceito pelos governistas, sob o argumento de que o parlamentar teria pouca experiência parlamentar.

Mercadante adiantou que, sem acordo, o governo prefere que a decisão seja submetida à votação na CPI. O PT e seus aliados têm maioria no colegiado. Na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que presidiu a reunião de instalação da CPI, “será péssimo para o Congresso se a comissão desandar logo no início de seus trabalhos”.

Roberto Jefferson depõe esta semana na Câmara

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) será ouvido nesta terça-feira, às 14h, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, que analisa pedido de cassação do parlamentar apresentado pelo presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP). O depoimento de Roberto Jefferson é o primeiro passo do processo disciplinar que apura as denúncias feitas pelo deputado em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*. Ele apontou a existência de um esquema de pagamento de mesada pelo PT a deputados do PL e PP em troca de apoio a projetos do governo.

Na quarta-feira, às 11h, Roberto Jefferson também vai depor na Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara, que investiga possível envolvimento do

deputado em irregularidades nos Correios. Segundo o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, as investigações são diferenciadas e têm objetivos distintos. O Conselho de Ética analisa eventual quebra de decoro de Roberto Jefferson, enquanto a Corregedoria examina as denúncias sobre o pagamento de mesadas.

O relator do processo no conselho, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), afirmou que cabe a Roberto Jefferson comprovar a denúncia que fez à imprensa. O Conselho de Ética tem prazo de 90 dias para concluir os trabalhos, mas pode pedir prorrogação por igual período. Se houver recesso parlamentar em julho, os trabalhos serão suspensos, assim como a contagem dos prazos. (Com Agência Câmara).



Impasse adiou escolha do presidente e do relator da CPI, que foi instalada na última semana

Entenda como surgiram as denúncias

A crise atual foi desencadeada por reportagem da revista *Veja* que mostra o então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho recebendo propina de fornecedores interessados em participar de licitação para compra de equipamentos de informática.

Marinho, que teria sido indicado para o cargo pelo PTB, deixou claro, nas gravações em vídeo, que agia em nome do presidente do partido, deputado Roberto Jefferson (RJ) e envolveu ainda o diretor de Administração dos Correios, Antonio Osório Batista, ex-deputado do PTB da Bahia. O dinheiro seria usado pelo dirigente do PTB.

Uma segunda reportagem diz que o ex-presidente do Ins-

tituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte se afastou do órgão por conta da pressão pelo pagamento de mesada ao PTB, de R\$ 400 mil. O corretor de seguros Henrique Brandão teria dito a Duarte que o IRB deveria contribuir para o PTB com aquela quantia. Brandão é sócio de Marcos Vinícius – genro e assessor parlamentar de Roberto Jefferson –, numa das 23 corretoras credenciadas do IRB, responsável por vários contratos com estatais. Duarte, diz a reportagem, teria ouvido do deputado que Brandão era seu amigo havia mais de 30 anos.

Na última semana, a *Folha de S. Paulo* publicou entrevista em que Roberto Jefferson acusou o PT de fazer pagamentos mensais de R\$ 30 mil para deputados federais do PP e do PL em troca de apoio ao governo, o chamado “mensalão”. Segundo Roberto Jefferson, os pagamentos seriam coordenados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Enquanto representantes do governo e do PT negam as afirmações, classificando-as de chantagem, os petebistas sustentam a versão do presidente do partido, anunciando que o deputado vai provar o que disse.

Maurício Marinho afirmou que agia em nome do presidente nacional do PTB

Parecer sobre recurso restringe investigação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara manifestou-se na quarta-feira pela constitucionalidade da CPI dos Correios. O parecer do deputado Inaldo Leitão (PL-PB) ao recurso apresentado pelo deputado João Leão (PL-BA) contra a CPI – com o argumento de que o requerimento de criação não atenderia ao requisito constitucional de um fato determinado a ser investigado –, foi aprovado por 40 votos a 6. O relator considerou constitucional o pedido da CPI, reconhecendo a existência de um fato certo e determinado para a investigação: as provas de um suposto esquema de propinas nos Correios.

O parecer de Leitão, no entanto, considerou prejudicados todos os demais parágrafos do requerimento que não tratam especificamente do objeto da comissão. O recurso ainda deve ser apreciado em sessão conjunta do Congresso. Se o parecer da CCJ restringindo as investigações da CPI for rejeitado pelo Plenário do Congresso, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) pode ser convocado para depor e explicar as denúncias que fez ao jornal *Folha de S. Paulo* sobre suposto pagamento pelo PT de mesadas



O relator Inaldo Leitão considera legal pedido de CPI sobre corrupção nos Correios

de R\$ 30 mil a deputados do PL e do PP.

Muitos parlamentares argumentam que, na história das CPIs, também foram apuradas denúncias não mencionadas no requerimento inicial. O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, afirmou achar equivocado restringir o campo da investigação.

– Não vejo como investigar um fato e não investigar o outro. É ilusão alguém imaginar que vai restringir a investigação ou alargá-la além do fato determinado. A sociedade vai acompanhar o andamento e os rumos da investigação.

Renan disse que o recesso de julho não interromperá as investigações da comissão.

Composição

Senado		
Bloco PFL/PSDB - Titulares Heráclito Fortes (PFL-PI) César Borges (PFL-BA) Demostenes Torres (PFL-GO) Sérgio Guerra (PSDB-PE) Alvaro Dias (PSDB-PR) Suplentes Efraim Moraes (PFL-PB) José Jorge (PFL-PE) Romeu Tuma (PFL-SP) Lúcia Vânia (PSDB-GO) Almeida Lima (PSDB-SE)	Maguito Vilela (GO) Ney Suassuna (PB) Suplentes Garibaldi Alves Filho (RN) Leomar Quintanilha (TO) Gerson Camata (ES) Valdir Raupp (RO)	Fátima Cleide (PT-RO) Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
PMDB - Titulares Luiz Otávio (PA) Wirlândia da Luz (RR)	Bloco PT-PSB-PL-PPS - Titulares Delcídio Amaral (PT-MS) Ideli Salvatti (PT-SC) Roberto Saturnino (PT-RJ) Aelton Freitas (FL-MG) Suplentes Ana Júlia Carepa (PT-PA) Sibá Machado (PT-AC)	PDT - Titular Jefferson Péres (AM) Suplente Juvêncio da Fonseca (MS)
PT - Titulares Carlos Abicalil (MT) Jorge Bittar (RJ) Mauricio Rands (PE) Suplentes Henrique Fontana (RS) José Eduardo Cardozo (SP) Jamil Murad (PCdoB, por cessão do PT)	PSDB - Titulares Eduardo Paes (RJ) Gustavo Fruet (PR) Suplentes Alberto Goldman (SP) Carlos Sampaio (SP)	PTB - Titular Arnaldo Farias de Sá (SP) Suplente Luiz Antônio Fleury (SP)
PFL - Titulares Antonio Carlos Magalhães Neto (BA)	PP - Titulares Nélio Dias (RN) Nelson Meurer (PR) Suplentes Benedito de Lira (AL) (vago)	PSOL - Titular Heloisa Helena (AL) Suplente Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PTB - Titular Arnaldo Farias de Sá (SP) Suplente Luiz Antônio Fleury (SP)	PPS - Titular Denise Frossard (RJ) Suplente Geraldo Thadeu (MG)	PDT - Titular Álvaro Dias (RN) Suplente Pompeo de Mattos (RS)

Câmara dos Deputados

PT - Titulares Carlos Abicalil (MT) Jorge Bittar (RJ) Mauricio Rands (PE) Suplentes Henrique Fontana (RS) José Eduardo Cardozo (SP) Jamil Murad (PCdoB, por cessão do PT)	Onyx Lorenzoni (RS) Suplentes Félix Mendonça (BA) Murilo Zauith (MS)	PL - Titular Sandro Mabel (GO) Suplente Inaldo Leitão (PB)
PMDB - Titulares Asdrúbal Bentes (PA) Osmar Serraglio (PA) Fernando Diniz (MG) Suplentes Wilson Santiago (PB) Aníbal Gomes (CE) (vago)	PSDB - Titulares Eduardo Paes (RJ) Gustavo Fruet (PR) Suplentes Alberto Goldman (SP) Carlos Sampaio (SP)	PTB - Titular Arnaldo Farias de Sá (SP) Suplente Luiz Antônio Fleury (SP)
PFL - Titulares Antonio Carlos Magalhães Neto (BA)	PP - Titulares Nélio Dias (RN) Nelson Meurer (PR) Suplentes Benedito de Lira (AL) (vago)	PSOL - Titular Heloisa Helena (AL) Suplente Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PTB - Titular Arnaldo Farias de Sá (SP) Suplente Luiz Antônio Fleury (SP)	PPS - Titular Denise Frossard (RJ) Suplente Geraldo Thadeu (MG)	PDT - Titular Álvaro Dias (RN) Suplente Pompeo de Mattos (RS)

CPI DOS CORREIOS Presidente do Senado diz que não deixará maus políticos contaminarem o Legislativo

Denúncias inflamam debates no Congresso



As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) provocaram a maior crise enfrentada até então pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A afirmativa de que deputados da base governista, especialmente do PP e PL, receberam mesadas de R\$ 30 mil para aprovar projetos governistas entre 2003 e janeiro de 2005 provocou manifestações inflamadas no Congresso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não permitirá que maus políticos contaminem a imagem do Legislativo. Para ele, é do Congresso a decisão de

ampliar a investigação da CPI dos Correios, instalada na última quinta-feira, e de criar, ou não, uma nova CPI para apurar as denúncias de Jefferson. "Não vejo espaço para retardar qualquer decisão de investigação", afirmou.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse estar convencido de que as denúncias são "absolutamente improcedentes", mas considera que, mesmo assim, devem ser investigadas. O senador classificou de "inconsistente, improcedente e inaceitável" a hipótese de o PT pagar qualquer quantia aos deputados da base, já que, como lembrou, são os próprios senadores petistas que sustentam o partido com uma parcela de seus salários.

Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA) classificou as denúncias de propina nos Correios e da existência de um "mensalão" como graves e dramáticas. Ele afirmou que já havia ouvido boatos sobre a mesada a deputados, mas não deu crédito a eles.

– Chegamos a uma situação que, ou o presidente não governa, seus auxiliares dominam o governo e fazem essa série de roubalheiras ou, se ele governa, passa a ser conivente, o que não acredito – afirmou.

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a "praga da corrupção está sistematizada" dentro do governo federal. "Eu esperava por problemas econômicos e de gestão, que a ineficiência aumentasse com a excessiva politização da máquina pública, mas nunca



Para Arthur Virgílio, "o que Lula não deve é deixar estiolar sua identidade política, sendo conivente com a corrupção"

que se chegasse a um momento como este. Achava impossível verificar em um governo do PT uma corrupção tão sistêmica, organizada, que atinge todos os seus setores", declarou.

O líder do PL no Senado, Marcelo Crivella (RJ), pediu aos deputados federais de seu partido o apoio à CPI dos Correios e, se

criada, à CPI do "mensalão". Para ele, essa é a forma "de dissipar qualquer nuvem de suspeita" sobre deputados do PL.

– As denúncias devem ser apuradas e o PL tem obrigação moral de concorrer para isso, já que foi citado nominalmente. Qualquer vacilação diante disso é confissão de culpa – argumentou.

Senadores cobram atitude do presidente Lula

Mesmo com a tentativa de isolar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dos escândalos recentes, o governante do país foi bastante cobrado por aliados e opositores. "Pulso firme" nas decisões – entre elas, as que implicam demissão de investigados – é o que dizem esperar os parlamentares.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu que o presidente "livre-se dos corruptos que atrapalham a sua administração".

– O que Lula não deve é deixar estiolar sua própria identidade política, sendo conivente com



Pedro Simon

a institucionalização da corrupção. A república petista precisa governar – disse Arthur Virgílio.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a instalação de uma CPI, que ele chamou de "CPI do Governo Lula", para apurar denúncias de corrupção, "tornou-se inexorável".

Na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS), Lula não pode ser refém de quem quer que seja. "A liderança é dele, a nação confia em Lula. Ou ele dá um choque ético ou então será refém de situações ou partidos" – afirmou.

Governistas dizem não temer investigações

O líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), defende a idéia de que o governo não teme investigações das denúncias de corrupção. Segundo ele, o partido não tem "medo de cortar na nossa própria carne".

Delcídio assegurou que a honra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não será manchada pelas denúncias. Ele disse que o governo combate a corrupção e destacou como exemplo a Operação Curupira, nome dado pela Polícia Federal às investigações sobre o desmatamento na Amazônia e que culminaram com diversas prisões nas últimas semanas, inclusive de filiados do PT.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), os senadores não estão demonstrando a calma e a tranquilidade necessárias. "Este país tem a corrupção entranhada no aparelho do Estado, e modificar isso não é tarefa para um único governo, nem para uma única geração", observou.

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que as denúncias de corrupção contra o governo federal lembram as que foram feitas contra Getúlio Vargas pouco antes de seu suicídio e também as que foram levantadas contra Juscelino Kubitschek e João Goulart. Ele recordou que as investigações de então não levaram ninguém à

prisão por corrupção, e afirmou que as acusações "muitas vezes não visam a um interesse nacional maior, mas simplesmente à luta pelo poder".

Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, propôs que seja realizada uma profunda investigação em todos os órgãos da administração onde houver indícios de corrupção.

– Onde tiver ladrão, que seja pego e julgado. Mas a bandagem dentro das instituições públicas não está surgindo agora. Ela é antiga e já tem cabelos brancos, razão pela qual precisa ser exemplarmente investigada e punida – salientou Tião Viana.

Envolvidos em denúncias deverão dar explicações

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou à Mesa do Senado requerimentos convidando a prestar esclarecimentos ministros, deputados federais e outros citados em entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha de S. Paulo* sobre o suposto pagamento de mesadas, pelo governo, a deputados federais do PL e PP. Entre os convidados, estão o presidente do PT, José Genoino, o secretário de Finanças do partido, Delúbio Soares – apontado como o responsável pelo pagamento aos deputados –, o ex-presidente do Instituto

de Resseguros do Brasil (IRB), Lídio Duarte, e os ex-executivos dos Correios Antonio Osório e Maurício Marinho.

O líder da minoria, senador José Jorge (PFL-PE), também encaminhou requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convidando o deputado Jefferson a prestar depoimento.

O senador Eduardo Suplicy (PT-



José Jorge enviou requerimento à CCJ convidando Jefferson para prestar depoimento

SP) recomendou o afastamento de Delúbio Soares do cargo de tesoureiro do PT até que sejam finalizadas as investigações.

CPI do Mensalão mobiliza o Senado e a Câmara

O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) disse, na última quinta-feira, que já recolheu assinaturas de 40 senadores e 175 deputados para o requerimento que visa criar a comissão parlamentar mista de inquérito do chamado "mensalão", mesada supostamente paga pelo PT a deputados do PP e do PL para de projetos do governo. Ele considera que a comissão deve ser mista, porque a Câmara já tem o número máximo de CPIs em andamento (cinco) e o Senado não pode investigar o fato porque a denúncia envolve

deputados. O número mínimo de assinaturas para criar uma comissão parlamentar mista de inquérito é de 171 deputados e 27 senadores. O movimento de coleta de assinaturas está sendo coordenado por PDT, PPS e PV. O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou que o PT já protocolou na Secretaria Geral da Mesa um requerimento com 201 assinaturas de deputados e um projeto de resolução para criar a CPI do "mensalão" somente no âmbito daquela Casa. Como a Câmara está no limite de CPIs possíveis, além do requerimento com assinaturas, é necessária a votação de um projeto de resolução no Plenário para criar nova comissão.

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o Senado já soma assinaturas suficientes para requerer a instalação da CPI do "mensalão".

– Nós já temos assinaturas para a criação da CPI do "mensalão" no Senado, mas também estamos recolhendo assinaturas para a criação de uma CPI mista para investigar as denúncias no Congresso – disse a senadora.



Heloísa Helena

Maguito e Heloísa sugerem quebra de sigilo de parlamentares

Diante da denúncia de pagamento de mesadas a alguns deputados da base governista, os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Heloísa Helena (PSOL-AL) propuseram a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário dos envolvidos.

– Todo político sério, que não quiser ser vaiado seu sigilo à disposição do Ministério Público, da Polícia, da população, para ver se recebe ou não mesadas – destacou Maguito.

Heloísa Helena está colhen-

do assinaturas de senadores dispostos a abrir seus sigilos para "facilitar toda e qualquer investigação" que venha a ser realizada na Procuradoria Geral da República. O documento será enviado ao procurador Cláudio Fonteles.

Ela fez questão de dizer que ninguém se encontra sob qualquer suspeição. O gesto busca facilitar as investigações das denúncias sobre pagamento de propinas a parlamentares. Na Câmara, o PSOL também está colhendo assinaturas dos deputados, com o mesmo objetivo.

Para o senador, todo político sério vai ter de colocar seu sigilo à disposição

REFORMA POLÍTICA Denúncias de compra de votos estimulam retomada dos debates em torno da matéria

Novas regras para evitar a corrupção



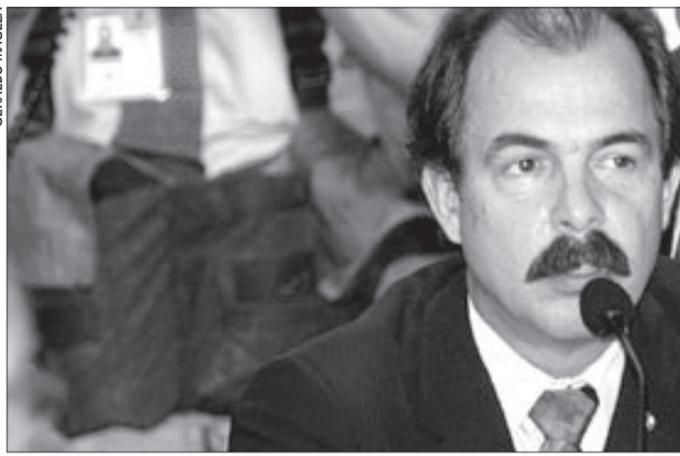
O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a apuração rigorosa das denúncias de corrupção, mas ressaltou a necessidade de debate em torno de uma agenda institucional para encaminhar a reforma política. Para ele, esse tema é inadiável, caso a classe política queira criar um caminho mais consistente para o futuro das instituições, que não permita procedimentos "lastimáveis" como o pagamento de mensalidade a deputados.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sustentou que a Câmara do Deputados inclua, o quanto antes, a apreciação da proposta em sua pauta de atividades. O parlamentar opinou

que a crise política que o país atravessa poderia ter sido evitada se medidas como o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária já tivessem sido adotadas. Essas medidas, ele lembrou, estão previstas no texto aprovado pelo Senado.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também defendeu a implementação urgente da reforma política como solução mais eficaz para combater a corrupção que assola o país. Para ele, as trocas de partido no Congresso são vergonhosas. O parlamentar criticou o fato de se mudar de legenda como se muda de roupa, sem o menor compromisso com o eleitor ou com as agendas programáticas.

– O troca-troca partidário, muitas vezes motivado por interesses pessoais, é uma nódoa tão grave para a classe política quanto a



"Reforma é inadiável, caso a classe política queira tomar caminho mais consistente para o futuro", resalta Mercadante

própria corrupção – comparou.

O senador Antônio Carlos Valadares (SE), líder do PSB, lembrou que o Poder Legislativo tem sido acusado de "moroso e subserviente" às vontades do

Executivo. Este responsabiliza o Congresso pela falta de políticas e projetos, quando, na realidade, é o próprio Executivo que, com as medidas provisórias, provoca o retardamento das mudanças

necessárias ao crescimento do país. Valadares acredita que a reforma deve fornecer as condições para um "relacionamento produtivo e eficaz" entre o Executivo e o Legislativo.

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu a adoção de uma agenda positiva pelo Senado, citando a reforma política como uma das prioridades a serem assumidas. Para Motta, essa reforma seria capaz de pôr fim a muitas das "mazelas que dão origem à corrupção e, conseqüentemente, a tantos escândalos". O parlamentar também defendeu a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo.

– No parlamentarismo, o poder raramente mergulha em crises, pois o primeiro-ministro pode ser afastado quando lhe faltar credibilidade, sem que o poder do governo seja afetado – disse.

PTB deixa bloco de apoio ao governo

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou requerimento à Mesa do Senado, na última quarta-feira, comunicando o desligamento do PTB do bloco de apoio ao governo no Senado.

– Com isso, o partido poderá agir com maior independência no Plenário desta Casa. O PTB quer participar de todas as investigações, de todas as CPIs. Nosso partido é o maior interessado em esclarecer esses fatos – disse Zambiasi, referindo-se às denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).



Zambiasi afirma que seu partido agora vai poder agir com maior independência

Renan propõe mudança regimental

Desde sua posse como presidente do Senado, Renan Calheiros buscou dar prioridade para a reforma política nos debates do Congresso. Para isso, reuniu líderes e apontou soluções para melhorar, entre outros, a fidelidade partidária. Depois do episódio em que dezenas de deputados trocaram de partido às vésperas da eleição do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, Renan sugeriu que os regimentos internos da Câmara e do Senado fossem alterados por projetos de resolução para que a proporcionalidade partidária respeitasse o tamanho das bancadas eleitas, em consonância com a vontade dos eleitores.

– Uma prioridade do país, absolutamente vital para a democracia, é a reforma político-partidária, que deve ter o objetivo de fortalecer os partidos, mas muito mais do que isso. Não se trata mais de abrir a caixa-preta da política. Nossa obrigação é jogar essa caixa-preta – preta na forma como funciona a operação política hoje – no lixo da História. É nosso dever construir uma nova caixa, que não seja apenas aberta, mas também transparente. Que não seja apenas lógica, mas legítima, representativa, igualitária, verdadeira – afirmou Calheiros no discurso de posse, em fevereiro.

Deputados dizem que falta vontade política

As discussões sobre a reforma política no Congresso estão no estágio mais avançado que já alcançaram nos últimos anos, mas falta vontade política para alterar o sistema eleitoral brasileiro. Essa opinião reúne governo e oposição, representados pelos deputados Rubens Otoni (PT-GO) e Ronaldo Caiado (PFL-GO), respectivamente, relatores da reforma política na Comissão de Constituição e Justiça e na comissão especial da Câmara que discutiu o assunto, ouvidos pelo *Jornal do Senado*.

– As dificuldades que eu tive como relator foram muito grandes. Na CCJ, quando pressionamos para votar, houve até troca de deputados para dificultar a aprovação do relatório do deputado Rubens Otoni – afirmou Caiado.

Segundo Otoni, "o que falta para aprovação é apenas um acordo entre as lideranças sobre as medidas que já foram discuti-

das com a sociedade, consolidadas no nosso substitutivo, elaborado de maneira participativa". O deputado foi a 14 estados discutir a reforma política.

Os dois também pedem que o governo reconheça a discussão acumulada no Legislativo. Enquanto Otoni acha que a iniciativa do Planalto de montar uma comissão interministerial para discutir o assunto

é "louvável, desde que em sintonia com o Senado e a Câmara", Caiado reclama da postura do Executivo nos últimos anos.

– O Executivo nunca remeteu projeto ao Congresso sob o argumento de que a reforma é de responsabilidade dos partidos. O anúncio, agora, que uma comissão ministerial vai preparar uma proposta para ser votada pelo Congresso é um desrespei-

to, tendo em vista que já há um projeto para fazer uma mudança radical no sistema eleitoral.

Ainda assim, os relatores na Câmara esperam que o momento político delicado sirva para que as medidas saiam do papel.

– A reforma não pode ser anestésico sempre que estoura um escândalo no governo, que vem com espasmos renovadores com efeito moralizante, logo esquecidos. Porém, está definitivamente provado que a reforma é urgente – registrou Caiado.

Na avaliação de Otoni, "quem tinha dúvida sobre a reforma política, não tem mais".

– Espero que desta vez não engavetem a proposta – afirmou, reconhecendo que as reformas têm aprovação delicada, em especial a política, "por mexer nos interesses de quem vai votá-la".

Comissões da Câmara alteram proposta do Senado

A reforma política está em estágio mais avançado de tramitação na Câmara. Pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), o substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) aproveitou grande parte das medidas sugeridas pelo deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), relator da proposta aprovada pela comissão especial que estudou o assunto na Câmara, em

2003. As alterações atingem o Código Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos, e, para ter maiores possibilidades de aprovação, não abordam temas constitucionais. As medidas têm ainda como base oito projetos de lei aprovados pelos senadores, que também criaram uma comissão especial sobre o assunto. Caso seja aprovado pela Câmara, o projeto ainda precisa voltar ao Senado.

FIM DAS COLIGAÇÕES

O substitutivo acaba com as coligações para as eleições proporcionais (para deputado federal, distrital, estadual e vereador).

porque a legislação permite que os partidos recebam recursos privados, desde que não sejam usados em campanhas.

FEDERAÇÕES DE PARTIDOS

De acordo com a proposta, dois ou mais partidos que tenham eleito deputados federais em pelo menos cinco estados e recebido no mínimo 2% dos votos para a Câmara dos Deputados nacionalmente podem se unir em uma federação partidária, que deve perdurar por pelo menos três anos.

CLÁUSULA DE BARREIRA

Pelas regras atuais, os partidos que nas eleições para a Câmara a partir de 2006 não obtiverem pelo menos 5% dos votos válidos e um mínimo de 2% em pelo menos um terço dos estados (nove) ficarão sem representação parlamentar, ou seja, não serão indicados para comissões e não terão liderança partidária. O projeto da comissão especial reduziu esse percentual para 2% do eleitorado nacional, com pelo menos um deputado federal eleito em cinco estados. O substitutivo do relator eliminou esse dispositivo, mas restringiu o acesso dos pequenos partidos ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito.

LISTA FECHADA

Como forma de fortalecer os partidos e diminuir o personalismo na política, a proposta adota o voto em listas fechadas, definidas em convenções partidárias. Se a votação do partido nas eleições equivale a 15 cadeiras no Legislativo, elas serão ocupadas pelos 15 primeiros nomes da lista.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

A medida poderá reduzir os custos das campanhas, além de permitir que partidos e candidatos sem acesso a fontes privadas possam competir em igualdade de condições. Mas a medida, que prevê a distribuição de recursos equivalentes a R\$ 7 por eleitor (cerca de R\$ 700 milhões) é alvo de críticas. Apesar de prever multas e sanções por abuso do poder econômico a partidos e candidatos que gastarem recursos privados em campanhas, há dúvidas de que uma fiscalização eficiente seja possível, até



REFORMA POLÍTICA Lula, Renan e Severino voltam a conversar nesta segunda-feira sobre mudanças na legislação



Na quinta-feira, o presidente Lula, em encontro com os presidentes do Senado e da Câmara, pediu prioridade para discussão do assunto pelo Congresso Nacional

Crise pode apressar mudanças



CORRUPÇÃO

A crise desencadeada por denúncias de corrupção em estatais e de pagamentos feitos pelo PT a deputados do PL e do PP pôs de novo a reforma política na agenda nacional. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu pessoalmente aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, prioridade para as discussões do assunto no Congresso. O Planalto criou uma comissão interministerial para elaborar, em 45 dias, propostas que alterem o sistema eleitoral e partidário nacional.

Lula disse a Renan que gostaria de se reunir com lideranças partidárias e marcou para esta segunda-feira um novo encontro com os presidentes do Senado e

da Câmara dos Deputados.

Severino afirmou que vai reunir os líderes para dar prioridade à votação do substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) que estabelece o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e o sistema de listas fechadas para eleições proporcionais. Essa é a proposta sobre reforma política em estágio mais adiantado de tramitação no Congresso, que tem como base oito projetos de lei já aprovados pelos senadores.

O objetivo dos diversos projetos, preparados inclusive por comissões especiais da Câmara e do Senado, é fortalecer os partidos políticos, diminuindo o personalismo que caracteriza a política no país. Essas medidas, argumentam os defensores da reforma, melhorariam as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e, conseqüentemente, a

governabilidade.

Desde a redemocratização do país, o financiamento de campanhas eleitorais está na base de denúncias e de escândalos de corrupção na administração pública. Essas constatações fazem parte dos relatórios finais das duas mais importantes CPIs realizadas a partir da Constituição de 1988: a que investigou o empresário Paulo César Farias e levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, e a que apurou irregularidades no Orçamento da União – a "CPI dos Anões do Orçamento".

As duas comissões ofereceram uma série de propostas para fortalecer os partidos e diminuir a possibilidade de influência do poder econômico no cenário político-institucional (veja matéria). Porém, decorridos mais de dez anos, as propostas continuam em análise no Congresso.

CPIs recomendaram mudanças na legislação

"Como e por que são financiadas as campanhas eleitorais, quais as brechas e falhas na legislação eleitoral e como essa legislação poderia ser aperfeiçoada são questões às quais não podemos nos furtar, sob pena de permanecermos no nível da hipocrisia que gera a impunidade e as aberrações a que assistimos recentemente."

O parágrafo acima não é uma análise do atual cenário político, mas trecho do relatório da CPI que apurou as denúncias contra o empresário PC Farias, em 1992. O país assistiu à queda de Collor, mas o Congresso não reuniu desde então as condições políticas necessárias para fazer a reforma política sugerida pela CPI, que chegou a apresentar um projeto de lei nesse sentido.

Mais tarde, em 1993, a CPI do Orçamento voltou ao tema. Além de reforçar as conclusões da CPI do PC, seu relatório final fez uma cobrança aos parlamentares: "Se o Poder Legislativo não revelar coragem e determinação para romper os históricos e perniciosos vícios do nosso sistema eleitoral, como o clientelismo e o abuso do poder econômico, não construiremos uma verdadeira democracia no país, eis que as eleições estarão maculadas pela fraude do voto", afirma o relatório de janeiro de 1994.

A CPI do PC seguiu a trilha dos recursos obtidos ilicitamente para campanhas eleitorais. "Nem a Lei Orgânica dos Par-



O então deputado João Alves (BA) depõe na CPI do Orçamento, que apontou vícios no sistema eleitoral

tidos Políticos nem o Código Eleitoral estabelecem penas para a utilização de recursos ilícitos. O código estabelece que os abusos do poder econômico serão coibidos e punidos, porém nem define tais abusos, nem comina a pena", diz o relatório.

A fragilidade do sistema partidário não ficou de fora das conclusões dos parlamentares, aprovadas em Plenário.

"Não se pode fugir à constatação de que muitas das mazelas expostas têm raízes nos defeitos do modelo proporcional praticado no Brasil, que conduz à fragmentação partidária, ao controle fraco dos representantes por parte dos representados e a eleições muito mais dispendiosas", sintetiza o documento.

Como solução, a CPI sugeriu a adoção do sistema distrital misto, para reforçar os partidos políticos "em detrimento do personalismo tão nocivo às instituições".

Políticos temem riscos, diz consultor

As recomendações das CPIs e de comissões especiais sobre alterações no sistema político-eleitoral até hoje não surtiram efeitos. O *Jornal do Senado* buscou a opinião de um especialista sobre o porquê da distância entre o discurso, que exige mudanças, e a prática, que mantém a criticada legislação.

O consultor-geral adjunto do Senado, Caetano Araújo, afirma que "o sistema atual é dotado de uma inércia poderosa, já que todos os eleitos, conforme a regra vigente, têm dificuldade de optar por uma nova regra, que traria riscos para eleições futuras".

Caetano avalia que, enquanto essa inércia perdura, o governo é obrigado a negociar com parti-

dos fracos. Assim, observa, acordos com lideranças e direções partidárias não são suficientes.

– Partidos frágeis implicam problemas de governabilidade. Não sem motivo as propostas de reforma surgem dos partidos que ocupam ou já ocuparam o governo.

Como a mudança estrutural depende de alterações nas regras eleitorais, as propostas que têm recebido maior apoio dizem respeito a reformas partidárias, o que, na opinião de Caetano, não resolveria o problema.

– A reforma não acontece ou se cai na tentação de fazer uma

reforma meia-sola, sem mexer na parte eleitoral, que é a raiz da questão – observa ele.

Entre as propostas que passam apenas pelos partidos está a possibilidade de parlamentares que mudarem de legenda perderem o mandato, impondo-se a fidelidade partidária. Outra proposta é a cláusula de barreira, que condenaria as chamadas "legendas nanicas" ao insucesso.

– Não vejo possibilidade de regras dessa ordem obterem sucesso sem a modificação da regra eleitoral, com a adoção, por exemplo, do voto distrital misto.

"Hoje o governo é obrigado a negociar com partidos fracos"

PT retirou pedido de urgência para projeto em 2004

Em fevereiro de 2004, a crise desencadeada pelas denúncias contra o ex-assessor especial da Casa Civil Waldomiro Diniz criou, mais uma vez, um momento aparentemente favorável à realização da reforma política, o que levou líderes na Câmara a pedir urgência na análise do projeto de lei aprovado pela comissão especial daquela Casa.

O número de líderes signatários do requerimento (PSDB, PFL, PMDB, PSB, PPS, PDT e PT) chegou a ser suficiente para dar urgência ao projeto.

Porém, segundo o relator da comissão especial, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), o PL, o PP e o PTB, contrários ao projeto (PLC 2.679/03), pressionaram o PT a retirar seu apoio à urgência.

Caso contrário, ameaçaram apoiar a criação de CPI para investigar as relações entre Waldomiro Diniz e os bingos.

– Esse episódio é simbólico do momento que vivemos (as denúncias de compra de votos) – afirmou Caiado.

Apesar do compromisso de apoio assumido pelo presidente do PT, José Genoino, o líder do

partido na Câmara à época, deputado Arlindo Chinaglia (SP), retirou sua assinatura. Como conseqüência, o projeto acabou relegado à tramitação ordinária, retardada pelo excesso de medidas provisórias.

– É fato que havia resistência de partidos da base, especificamente o PL, o PP e o PTB – confirma o relator na CCJ, deputado Rubens

Otoni (PT-GO).

Os partidos que não apoiaram a urgência são exatamente os envolvidos nas atuais denúncias de corrupção. Ao contrário dos demais, nas últimas eleições não apresentaram candidatos à Presidência, oferecendo apoio à governabilidade por meio de candidatos à Vice-Presidência e votos no Congresso.

TRANSPARÊNCIA Mercado há dois anos, evento ocorre no auge das denúncias que envolvem o governo federal

Cem países discutem combate à corrupção



Mais de mil pessoas, entre representantes de governo, da sociedade civil e de organismos internacionais, reuniram-se em Brasília, na última semana, no 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, o maior evento do gênero no mundo. É a primeira vez que o Brasil sedia o encontro, em que estiveram representados mais de cem países.

O fórum confirmou a participação brasileira na Convenção da ONU contra a Corrupção, primeiro documento mundial de combate à prática, ratificado pelo Senado no mês passado. Problema de caráter global, a corrupção está presente em todos os países. “Nenhum país está imune à corrupção”, conclui o relatório global da ONG Transparência Internacional.

Trata-se de um negócio que movimentava cerca de US\$ 1 trilhão por ano, de acordo com o diretor de Programas Globais e Governança do Instituto do Banco Mundial (Bird), Daniel Kaufmann. O Bird estudou o nível de corrupção de 209 países, e avalia que um país pode deixar de crescer de 0,5% a 1% do produto interno bruto (PIB) por causa da prática.

Os países mais pobres e os que vivem momentos de instabilidade política são os que apresentam os mais altos índices de corrupção, por conta, entre outros, da fragilidade das instituições e dos níveis de impunidade. Na Indonésia, por exemplo, foram desviados de US\$ 15 a US\$ 30 bilhões de

recursos públicos entre 1967 e 1998, estima a Transparência Internacional.

Com o tema central “Das Palavras à Ação”, o fórum analisou experiências bem-sucedidas de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência na administração pública.

“Mensalão” e CPI dos Correios nos debates

A realização do fórum sobre corrupção num momento em que o país está às voltas com a CPI Mista dos Correios e com denúncias de que o Partido dos Trabalhadores pagou propina a deputados federais em troca de apoio político, o “mensalão”, foi mera coincidência, já que o evento estava marcado há dois anos.

Esse cenário, porém, deu o tom da cerimônia de abertura, em que o presidente Lula se comprometeu a levar as investigações “às últimas consequências”, ainda que isso signifique “cortar na própria carne”.

Compareceram à cerimônia a maioria dos ministros de Lula e parlamentares, como os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Fátima Cleide (PT-RO).

Em entrevista, Suplicy pediu ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, esclarecimentos sobre denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) relativas ao pagamento de “mensalão” a parlamentares em troca de apoio ao governo. Suplicy elogiou o discurso do presidente Lula e sua iniciativa de apoiar a instalação da CPI.



Daniel Kaufmann, do Banco Mundial: corrupção reduz crescimento do PIB de um país em até 1%

Lentidão da Justiça incentiva impunidade

A impunidade é considerada incentivo à corrupção. No Brasil, o que preocupa é a falta de um resultado final sobre as ações que correm na Justiça. No ano passado, por exemplo, a Polícia Federal efetuou a prisão de mais de 700 pessoas em operações como a que apurou fraudes em licitações e nos ministérios. Até agora, nenhum dos indiciados foi condenado em última instância.

– A legislação possibilita excesso de recursos – condena o senador Demostenes Torres

(PFL-GO), comentando que o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, chegou a contar cerca de 80 recursos em um único processo.

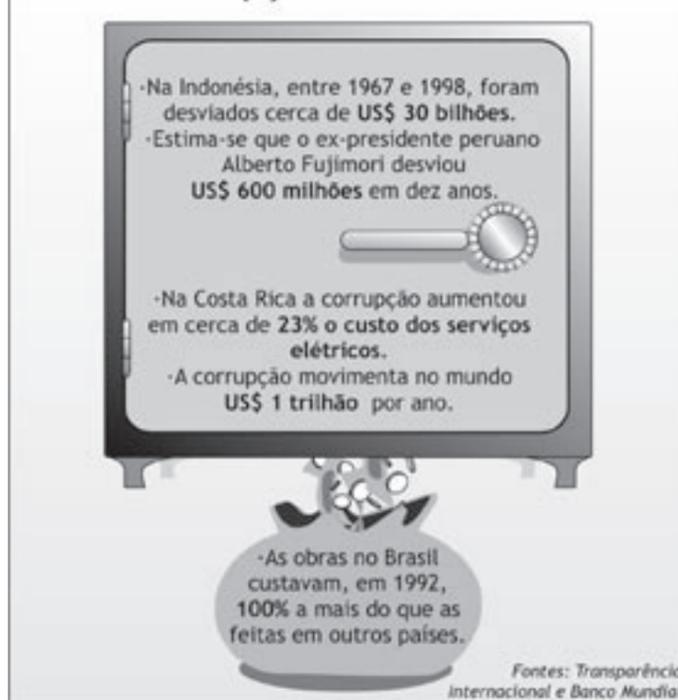
Demostenes estende as críticas ao Judiciário. Segundo ele, as penas previstas pela legislação são baixas e não obrigam o corrupto a ressarcir os cofres públicos. O senador sugere que os acusados de corrupção só possam reivindicar a liberdade provisória sob fiança, que seria calculada de acordo com a quantia dos recursos desviados.

– A Justiça tem de reaver o dinheiro, cumprir a lei e punir os corruptos – cobrou.

Tramitam no Senado vários projetos que coíbem a corrupção, alguns de autoria do próprio Demostenes, outros dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Pedro Simon (PMDB-RS). Destacam-se ainda propostas que aperfeiçoam a lei de lavagem de dinheiro, na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Banco Mundial estima que a corrupção movimentou US\$ 1 tri por ano

Corrupção em números



Governo federal implementa medidas para reduzir fraudes

O Brasil foi escolhido como sede do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção por ter destaque internacional devido às medidas implementadas pelo país, que já adotou algumas das sugestões da Convenção da ONU.

O país conta com um órgão específico de combate à corrupção, a Controladoria Geral da União (CGU). Ela promove auditorias anuais nos órgãos da administração pública e fiscalizações nos municípios, por meio de sorteios, além de atuar como ouvidor, recebendo denúncias da população.

Além disso, o governo registrou avanços no aumento da transparência, ou seja, tem buscado tornar públicas informações como os contratos celebrados e os repasses de verbas do Orçamento, para que a sociedade civil e a mídia tenham mais instrumentos para fiscalizar as ações do governo.

A CGU lançou os dados sobre repasses de verbas federais na Internet, na página www.portaldatransparencia.gov.br. O órgão ainda atua na capacitação dos gestores municipais e no estímulo ao controle social, com a distribuição de material educativo à população.

Seguindo o exemplo da Controladoria Geral, o Ministério da Justiça também publica na Internet a relação de gastos do órgão, inclusive contratos celebrados e despesas com viagens. A experiência será estendida aos demais ministérios, por determinação presidencial.

Burocracia, aliada dos desonestos

O cientista político e professor da Universidade de Brasília Octaciano Nogueira recorre a antigo ditado para apontar a existência de relação direta entre a corrupção e a burocracia da administração pública: “A corrupção também é fruto das dificuldades criadas para se vender facilidades”.

Como exemplo dessa relação, ele ressaltava as denúncias de venda de lugares nas filas do INSS, que, na sua avaliação, não existiriam se o processo fosse menos burocrático. Além disso, afirma o professor, “os políticos escondem a corrupção nos meandros da burocracia”, como é o caso de fraudes em licitações públicas.

– Sem a burocracia, aumenta-se a transparência, que é o melhor instrumento no combate à corrupção – avalia o cientista político.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criou comissão especial para sugerir medidas contra os empecilhos burocráticos

enfrentados pelos cidadãos e pelas empresas. Para Renan, a burocracia atrapalha a vida das pequenas empresas e acaba se tornando um incentivo à informalidade.

Não é pela falta de órgãos de controle que o Brasil registra tanta impunidade. Existem



Demostenes Torres defende unificação das polícias para melhorar o controle

no país, por exemplo, diversas instituições policiais, como as polícias federal, civil, militar, legislativa e rodoviária.

– O Brasil possui a única Constituição do mundo com tanta polícia – aponta Octaciano Nogueira, para quem coexiste no Brasil uma “multiplicidade de agentes que atuam sem articulação”.

Observação semelhante já foi feita pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ex-presidente da CPI do Banestado, que investigou o envio ilegal de recursos ao exterior. Conforme o parlamentar, o Ministério Público, o Banco Central e a Receita Federal trabalham na fiscalização financeira, mas “o excesso de sigilo impede que um órgão saiba das atividades do outro”.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), por sua vez, defende a unificação das polícias civil e militar, além da incorporação do Ministério Público pelo Poder Judiciário.

ORÇAMENTO DA UNIÃO 36 mil quilômetros de estradas estão em estado de calamidade, tomadas por crateras

Rodovias recebem só 2% do previsto



Apenas R\$ 112 milhões dos R\$ 5,4 bilhões autorizados no Orçamento de 2005 para a área de transporte rodoviário foram liquidados e pagos pelo governo até o início do mês de junho. Quase nada (2,07%), principalmente diante dos cerca de 36 mil quilômetros de rodovias federais que estão em estado de calamidade, tomadas por crateras e problemas como falta de acostamento e má sinalização.

No ano passado, segundo o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, foram restaurados 5 mil quilômetros de rodovias federais, o que, segundo ele, "é muito pouco para quem tem 58 mil". De acordo com o ministro, até agosto de R\$ 4,3 bilhões deverão ser liberados.

Em 2004, R\$ 3,2 bilhões foram autorizados no Orçamento para investimentos nas BRs, sendo R\$ 2,89 bilhões entre recursos liquidados e pagos. Desses, 52% foram executados na manutenção da malha rodoviária. O restante foi dividido entre construção, duplicação e adequação

(alargamento) das rodovias nos corredores de transporte, segurança pública e infra-estrutura.

Diante do contingenciamento dos recursos, buracos, poeira e risco acumulam-se no dia-a-dia dos que enfrentam as estradas brasileiras. Além de mais gastos com combustível e manutenção do veículo, os desgastes na

malha rodoviária encarecem os produtos que nelas transitam.

Há dez dias, manifestantes fecharam a BR-116 Norte, que liga a Bahia aos demais estados do Nordeste brasileiro. A manifestação pela recuperação da via – em estado calamitoso – aconteceu no município de Araci, a 200 quilômetros de Salvador.

Segundo o senador Alberto Silva (PMDB-PI), os buracos nas estradas estão obrigando os cerca de 2 milhões de caminhoneiros que trafegam no país a gastar por ano 4 bilhões de litros de diesel a mais, por ano.

– Isso equivale a R\$ 6 bilhões, mais do que o valor que o governo destina anualmente às rodovias federais – assinalou.

Transporte será tema de fórum no Senado

Preocupado com a situação da infra-estrutura de transportes,



Amir Lando



Flexa Ribeiro

o presidente do Senado, Renan Calheiros, quer um amplo debate sobre o assunto. "Transportes – Entraves e Perspectivas" será o tema do fórum "Senado debate Brasil", em 28 de junho.

O senador César Borges (PFL-BA) apelou ao governo por recursos para recuperar a BR-242, que escoia grande parte das



No ano passado, apenas 5 mil dos 58 mil quilômetros de rodovias federais foram restaurados

exportações agrícolas do oeste baiano.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também cobrou do presidente Lula o cumprimento de promessas eleitorais ao Pará.

– O asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá continua no campo das boas intenções – assinalou.

Os representantes de Rondônia Valdir Raupp e Amir Lando, do PMDB, querem melhorias nas BRs do estado, em especial na 364, por onde

passa boa parte da produção local.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou a projeção de quatro anos para duplicar a BR-381, nos trechos entre Belo Horizonte, São Paulo e o Vale do Aço. Essa é a "Rodovia da Morte", disse, onde são registrados acidentes fatais todo fim de semana.

Previsão é de outro ano com soluções paliativas

Realizada nos últimos dez anos, a Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) 2004 mostra quão deficiente está a malha rodoviária federal, trechos sob gestão estadual e terceirizados.

Pela pesquisa – que avaliou 74.681 quilômetros em todo o país –, 74,7% dessa extensão apresentaram algum grau de imperfeição: 36,4% foram tidos como deficientes, 23,7% como ruins e 14,6% como péssimos.

Em análise comparativa, a pesquisa mostra que o Nordeste tem 24,4% das rodovias em péssimo estado. No Sudeste esse percentual cai para 11%.

Para o presidente da CNT, Clésio Andrade, "como o processo de recuperação das rodovias é lento, deve ser iniciado imediatamente, a fim de não agravar ainda mais a precária situação

atual". Reduzir investimentos na infra-estrutura de transportes ou não dar a eles a prioridade devida significará crescer de forma não sustentável, com gargalos da infra-estrutura, disse.

– Talvez este ano não seja pior que o passado, até porque há mais recursos. Mas certamente não vai ser apresentada solução definitiva. Como ocorre há vários anos, devemos ter um ano com soluções provisórias, provavelmente com menos improvisação, mas ainda com respostas paliativas – previu.

A pesquisa mostrou ainda que há 48,7 mil quilômetros com sinalização em estado inadequado, mais 27,7 mil sem acostamento e 5,3 mil com acostamento tomado por mato. Pelo menos 8,2 mil quilômetros são trechos com aprofundamentos, ondulações ou buracos.

Proposta de Alberto Silva aceleraria a recuperação

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs ao governo federal, em julho de 2003, o "Plano Emergencial de Recuperação da Malha Rodoviária Federal". Ele apresentou e distribuiu aos senadores o documento, em especial ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que ficou de apresentar a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Alberto Silva, até hoje o plano – que prevê a recuperação de 36 mil quilômetros em 36 meses – não foi implementado.

O senador sugeriu também a edição de medida provisória para criar a Câmara de Gestão das Rodovias, com a participação de representantes de ministérios e técnicos especializados. A câmara seria responsável por reduzir o prazo legal para a tomada de medidas essenciais ao enfrentamento dos problemas mais urgentes.

– O financiamento desse programa poderia ser perfeitamente suportado pelos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econô-



Alberto Silva: plano ignorado por governo seria custeado pela Cide e geraria economia

mico (Cide), no pressuposto de que, no primeiro ano, seriam necessários R\$ 2,4 bilhões para atender 30% da malha – ressaltou.

O reparo, nas formas propostas por Alberto Silva, geraria uma economia de combustível de R\$ 6 bilhões por ano, que, segundo o senador, estão sendo desperdiçados.

– Se houver uma ação rápida, em três anos será possível recuperar as rodovias federais e reduzir em cerca de 10% o valor do frete – afirmou.

Desde 1988, recursos só têm diminuído

Durante o 2º Seminário de Logística, realizado no início do mês na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, reconheceu que o setor privado tem feito a parte que lhe cabe em investimentos em infra-estrutura, mas que o poder público não fez a sua.

Em 40 dias serão lançados os editais de oito lotes para

a concessão de rodovias federais à iniciativa privada, a maior parte nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 3 mil quilômetros. A segunda etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais será feita em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Pelos contratos, as empresas terão de executar "serviços de operação, monitoração, conservação, manutenção e melhora-

mentos". Os contratos deverão vigorar por 25 anos e será cobrado pedágio dos usuários.

Segundo o senador Aelton Freitas (PL-MG), essa etapa do programa é uma esperança de melhorias significativas em alguns trechos estratégicos das rodovias brasileiras. De acordo com o parlamentar, as concessões criarão cerca de 9 mil empregos diretos e 26 mil indiretos.



Iniciativa privada terá o controle de mais oito rodovias

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (Km)
BR-153/SP	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	321,70
BR-116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	406,50
BR-393/RJ	Divisa MG/RJ - Entroncamento, BR-116 (Via Dutra)	200,50
BR-101/RJ	Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva	320,80
BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	561,50
BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	401,70
BR-116/PR, BR-376/PR e BR-101/SC	Curitiba - Florianópolis	367,60
BR-101/ES	Divisa BA/ES - Divisa ES/RJ	458,40
Total		3.038,70

Fonte: Ministério dos Transportes

LDO 2006 Ministro do Planejamento afirma que governo não aceita medida em estudo pelos congressistas

Proibição ao corte de verbas abre impasse

O governo não aceita negociar a inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006, de dispositivo proibindo o bloqueio de recursos das emendas parlamentares. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, durante audiência na Comissão Mista de Orçamento, na semana passada, declarou-se contrário à proposta, que já foi negociada entre os representantes dos partidos com assento na comissão.

O ministro acenou com a possibilidade de assumir um compromisso para a execução das emendas. Mas os parlamentares querem que isso esteja assegurado na LDO, porque todo ano precisam pressionar o governo para obter o desembolso de recursos das suas emendas.

Paulo Bernardo rebateu as críticas de que essas liberações se tornaram moeda de troca nas negociações com o Legislativo. E atribuiu essa avaliação a um descompasso entre a administração da caixa do Tesouro e as

expectativas do Congresso.

O prazo para a apresentação de emendas à LDO, que vencia na quinta-feira passada, foi estendido para esta sexta-feira, 17. Segundo o deputado Ricardo Barros (PP-PR), muitos parlamentares encaminharam propostas para impedir o contingenciamento de recursos das emendas individuais.

O relator do projeto, deputado Gilmar Machado (PT-MG), já sinalizou que poderá rejeitar essas propostas, porque também é contrário a incluir essa proibição na LDO.

A Comissão de Orçamento aprovou na quinta-feira normas específicas para a LDO de 2006, entre elas a que possibilita a apresentação de emendas ao anexo de metas e prioridades.

Metas-síntese são a novidade do texto

O governo enviou o projeto

com designações genéricas para as suas prioridades, intituladas "metas-síntese", como o assentamento de 115 mil famílias no próximo exercício, por exemplo.

Só que, para enfrentar esse desafio na reforma agrária, estão previstas várias ações com códigos específicos, que não estavam acopladas à meta-síntese, dificultando não só emendar o projeto do Executivo, como acompanhar e fiscalizar a sua execução.

Agora, os parlamentares poderão, por exemplo, modificar programas e ações definidos pelo Executivo de acordo com o Plano Plurianual (PPA) e expressos na exposição de motivos da LDO de 2006 (PLN 4/05).

Essas normas foram decididas pelos líderes depois de acordo para que a tramitação da LDO obedeça à antiga Resolução nº 1 do Congresso, cujas alterações

Comissão Mista de Orçamento aprovou normas específicas para a LDO de 2006



Senador Fernando Bezerra (E) e o relator da LDO, deputado Gilmar Machado, que é contra retenção de recursos das emendas

estão sendo discutidas na comissão de reformulação do processo orçamentário.

Ricardo Barros, que é relator dessa comissão, aposta que os entendimentos se encerrarão esta semana.

A comissão, que se reúne nesta terça-feira, às 10h, não conseguiu superar alguns impasses na semana passada, como as três emendas de bancada de autoria dos senadores, que os deputados não aceitam.

Autonomia do Banco Central do Chile em debate na CAE

O presidente do Banco Central do Chile, Vittorio Corbo, fez exposição aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a autonomia operacional que a instituição de seu país desfruta em relação ao governo federal. Tal independência, que vigora desde 1989, foi apontada por Corbo como fator crucial na queda da inflação chilena, de 30% ao ano, em 1990, para um patamar próximo de 3%, alcançado nos últimos quatro anos.

O economista, no comando do BC chileno desde 2003, afirmou que a autonomia de um banco central aumenta a credibilidade da instituição, o que ajuda a reduzir a taxa inflacionária.

Existem dois tipos possíveis de autonomia: de objetivos e instrumental. No primeiro caso, o banco central decide seus objetivos e utiliza os instrumentos de política monetária para alcançá-los. No segundo, os objetivos são definidos por outras instituições externas (como o Conselho de Política Monetária, no Brasil). O banco central tem autonomia apenas para usar os instrumentos de política monetária necessários para alcançá-los. O BC chileno, segundo Corbo, exerce a primeira modalidade de autonomia, ou seja, tem liberdade para fixar seus objetivos e escolher as ferramentas para atingi-los. O segundo tipo é o



Vittorio Corbo (E), presidente do BC chileno, com o senador Luiz Otávio: autonomia assegurou queda da inflação no país

que tem maior probabilidade de ser aprovado no Brasil, a julgar pelos três projetos sobre o tema que tramitam na Casa: dos sena-

dores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Para o senador Romeu Tuma

(PFL-SP), o BC do Chile tem sido um exemplo da eficácia da condução da economia do país. Jefferson Péres (PDT-AM) ressaltou que o Chile conseguiu o que todos os países buscam: inflação baixa, taxa de crescimento econômico alta e redução sistemática no nível de pobreza.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também debateram com o economista chileno. A audiência pública foi realizada a pedido do presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Várias autoridades ainda serão ouvidas, entre elas os presidentes dos bancos centrais da Espanha, do México e da Inglaterra.

Ministro fala sobre obras prioritárias

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo é ouvir o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, sobre os critérios adotados para contemplar cerca de 70 obras do grupo de ações integrantes do Projeto Piloto, acertado pelo governo federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os senadores Heráclito Fortes

(PFL-PI) e Luiz Otávio (PMDB-PA), autores do requerimento, a audiência é necessária "diante da negativa dos governadores" em responder à correspondência enviada pela CI a todos eles, solicitando que se manifestassem sobre consulta do governo federal a respeito de quais obras, em seus estados, deveriam ser contempladas no chamado Projeto Piloto.

O ministro do Planejamento será convidado a prestar os devidos esclarecimentos sobre o projeto às duas comissões.

Senadores discutem dívidas municipais

Senadores integrantes da Subcomissão de Assuntos Municipais reuniram-se com o ministro da Previdência Social, Romero Jucá, e representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para discutir as dívidas das prefeituras. A subcomissão quer analisar, antes de sua edição, o texto de uma medida provisória que o governo poderá editar, nos próximos dias, autorizando a renegociação das dívidas com a Previdência.

Os municípios não

conseguem pagar as dívidas nas condições atuais – argumentou o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da subcomissão, vinculada à CAE. A CNM reivindicou a ampliação do prazo de pagamento de 60 para 180 meses e a alteração da taxa de juros – TJLP, em vez da Selic.

Também participaram da reunião os senadores César Borges (PFL-BA), Roberto Saturnino (PT-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Demanda é por prazo maior e juros menores para saldar dívidas

Aprovados nomes de diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, na quinta-feira, por unanimidade de votos, a indicação dos diplomatas Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nas Filipinas, e Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, para delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris.

Em sua exposição, Sette Câmara disse que entre seus objetivos principais nas Filipinas está o de

fortalecer as relações políticas entre os dois países, hoje muito fracas, e o de estimular as exportações brasileiras para o mercado filipino.

Macedo Soares afirmou ser a educação o objetivo principal de atuação da Unesco, que mantém os programas Educação para Todos e Universalização da Alfabetização em vários países do mundo. Segundo o diplomata, as Nações Unidas estimam em 800 milhões de adultos e 100 milhões de crianças no mundo. A ONU trabalha para reduzir esse número pela metade até 2015.

MICROEMPRESA Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados recebem anteprojeto da lei geral para o setor



Manifestação em frente ao Congresso: microempresários protestam contra excesso de tributos

Menos impostos e mais eficiência



Reduzir impostos, incentivar a eficiência, combater a informalidade. São esses os principais impactos que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas deverá trazer para o país, segundo a frente empresarial que se reuniu, na semana passada, com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti.

O projeto propõe mudanças na atual lei do Simples federal, de 1996. Estende a redução de impostos federais, prevista no Simples, para a tributação estadual e municipal. O limite para enquadramento na lei geral, hoje de R\$ 120 mil para microempresas que aderem ao Simples, subirá para R\$ 480 mil. No caso das empresas de pequeno porte, o limite irá de R\$ 1,2 milhão para R\$ 3,6 milhões. Desde que o Simples foi criado, o faturamento

para redução de impostos federais é o mesmo.

– A partir da aprovação da lei, queremos que todos os impostos federais, estaduais e municipais sejam pagos numa única guia, numa espécie de imposto único que depois será distribuído para as entidades que participam do processo – explicou o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

A lei geral simplificará os procedimentos para criação e fechamento de empresas, que hoje pode demandar, nos casos mais agudos, a inscrição em mais de dez órgãos públicos e a produção de 90 documentos e certidões.

Se abrir um negócio ficará mais fácil, fechá-lo deixará de ser uma *via crucis*. Os pequenos empresários poderão interromper suas

atividades temporariamente, sem o recolhimento de tributos. Mesmo que a empresa não tenha movimento por três anos seguidos, ela poderá ser encerrada sem o pagamento de taxas e multas.

Um modelo flexível eliminará restrições para adesão à nova Lei das Microempresas. Incentivar a eficiência é crucial, diz Paulo Okamoto. A lei prevê um sistema progressivo como o da tabela do Imposto de Renda, em que só o faturamento excedente terá tributos previstos em nova faixa.

– Muitas pequenas empresas evitam faturar mais porque podem ultrapassar o limite de R\$ 1,2 milhão e passam, então, a pagar impostos pelo sistema de lucro presumido. No novo sistema, a empresa não sofre abalos quando seu faturamento ultrapassa os limites permitidos.

Projeto prevê implantação de guia única para recolhimento de tributos

País necessita de políticas sociais amplas, diz Aelton

Na opinião do senador Aelton Freitas (PL-MG), o Brasil precisa de políticas sociais amplas e distributivas. Aelton afirmou que a injustiça social está em níveis cada vez mais alarmantes. O senador citou duas pesquisas recentes, sendo a primeira do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, indicando que os brasileiros pagam, por dia, R\$ 2,02 bilhões em tributos. A segunda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, demonstra que quatro em cada dez brasileiros vivem em situação de miséria absoluta.

– Tamanha disparidade nos obriga a concluir que algo anda errado na execução das políticas públicas. Diante de nosso potencial produtivo, não podemos aceitar que quase metade da população sobreviva em condições tão precárias – acrescentou.

Aelton informou ainda que, no ranking de distribuição de renda no planeta, o Brasil é o penúltimo de 130 países, à frente apenas de Serra Leoa.

Mão Santa condena carga tributária

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo federal pela elevada carga tributária imposta ao brasileiro. Ele disse que costuma afirmar que o brasileiro deve trabalhar cinco meses por ano somente para pagar impostos.

Mão Santa citou matéria veiculada no programa de Ana Maria Braga, da Rede Globo de Televisão, na qual um tributarista avaliou que um cidadão da classe média trabalha 252 dias para pagar tributos.

– Eu tinha levado em conta apenas a carga tributária. Na verdade, é preciso considerar também que o trabalhador tem de arcar com segurança privada, educação e saúde, que era papel do Estado fornecer – concluiu o parlamentar pelo Piauí.

Paulo Octávio apóia lei que simplifica criação de empresas

Ao registrar a manifestação de micro e pequenos empresários em Brasília, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu aos parlamentares celeridade na aprovação da lei geral para o setor. Segundo o senador, se aprovada, a proposta vai trazer importantes alterações em relação à atual lei do Simples federal, de 1996. Uma delas, observou, diz respeito aos tetos para o enquadramento fiscal das empresas.

– Os tetos atuais são inviáveis à continuidade das pequenas iniciativas, são impeditivos do crescimento e da geração de postos de trabalho por parte das já existentes – destacou o parlamentar. Entre vários outros benefícios, Paulo Octávio destacou a simplificação para a criação de novas empresas. Com a nova lei, acrescentou, o empresário precisará inscrever-se apenas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante registro simplificado dos seus constitutivos.

Renan: proposta pode ser votada este ano

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou – diante de centenas de pequenos empresários e comerciantes que lotavam o Salão Negro do Congresso Nacional e gritavam “aprova, aprova” – que as denúncias de corrupção que agitaram o Congresso nas últimas semanas não impedirão que o Executivo e o Legislativo priorizem uma agenda positiva, que inclui a votação, ainda este ano, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Renan reafirmou o propósito de criar uma comissão especial para a desburocratização, também voltada para facilitar a abertura de empresas no país.

O anteprojeto da lei, elaborado após dois anos de consultas a 7 mil empresários, foi entregue a Renan e ao presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Com ele, esteve presente em Brasília, na quarta-feira, a frente empresarial integrada, entre outros, pelos presidentes das

implementar uma agenda de interesse da microempresa do Brasil. O Congresso não vai parar, vai fazer o que tem que fazer – afirmou Renan.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, também manifestou seu apoio ao anteprojeto de lei lembrando a luta que travou há dez anos para aprovar o primeiro Estatuto da Microempresa. Ele disse que agora será mais fácil, pois conta com Renan como um “aliado muito forte” para a aprovação da proposta.

– Enfrentamos os maiores obstáculos, mas, naquela época, não tínhamos o presidente do Senado Federal ao nosso lado. Agora ele está aqui e vai abraçar essa causa porque é uma causa do povo. Nós vamos fazer o que fizemos com a MP 232 (que aumentava impostos). Só que essa aqui vai ser aprovada, e a outra foi derrotada. Essa é diferente, porque representa as aspirações do povo sério do Brasil – observou Severino.



Renan Calheiros e Severino Cavalcanti reafirmam apoio aos empresários

Flexa Ribeiro defende agenda positiva para o país

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a adoção de uma agenda positiva e a retomada das votações, pelo Congresso, para ajudar o país a crescer, gerar mais empregos e melhorar a distribuição de renda. O parlamentar lamentou resultado de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apontou uma redução da taxa de crescimento do Brasil para este ano de 3,5% para 2,8%.

De acordo com Flexa Ribeiro, a pesquisa mostrou que a taxa de investimentos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), prevista para 8,3%, agora é de apenas 4,8%. Ao final do pronunciamento, o senador elogiou recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu a competência da Justiça do Pará para julgar o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang.

MEIO AMBIENTE Relator do projeto de lei de conversão busca consenso para assegurar aprovação da matéria

Senadores examinam MP que limita o desmatamento



Após acordo com a bancada ruralista, foi aprovada na Câmara e chegou ao Senado a Medida Provisória 239/05, transformada em projeto de lei de conversão, que impõe limitações às atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental em área submetida a estudo para a criação de unidade de conservação.

O relator-revisor da proposta no Senado, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que ainda “está buscando consenso” para viabilizar a aprovação da matéria e, para isso, está consultando os vários segmentos interessados na questão. Ele tem até o dia 20 para apresentar o seu substitutivo.

– Estou ouvindo o PSDB, o relator da matéria na Câmara e os líderes para poder aprofundar a discussão e elaborar o relatório – adiantou o senador.

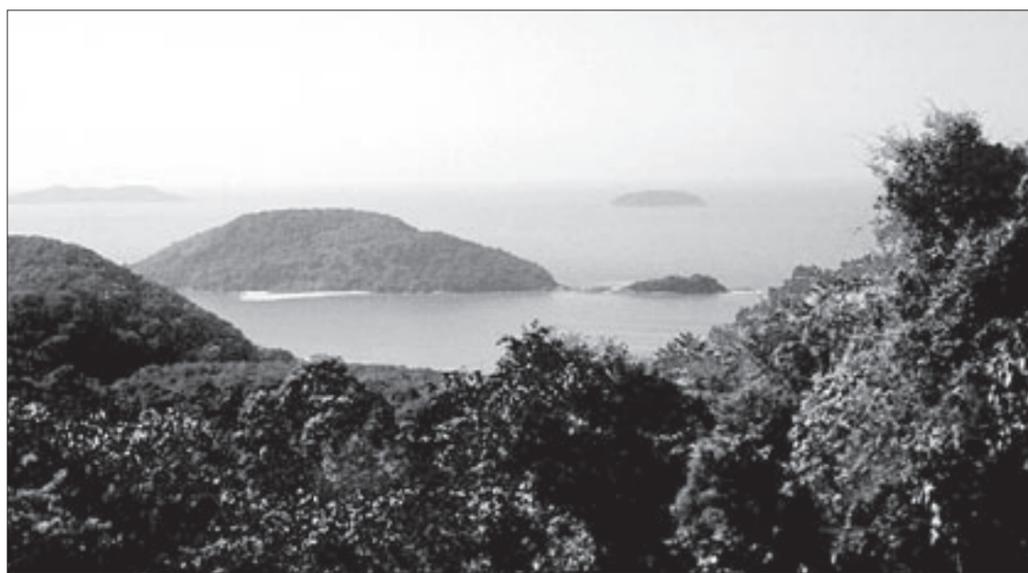
O projeto de conversão flexibilizou a MP encaminhada em fevereiro pelo Executivo ao Congresso. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi obrigado a ceder em alguns pontos. Foi

excluída, por exemplo, a proibição de atividades agropecuárias em andamento, desde que não impliquem corte de floresta e da vegetação nativa. Além disso, obras públicas já licenciadas também ficaram de fora da proibição. O projeto dá prazo de sete meses (não prorrogável) para a criação da área protegida, período em que vigoram as restrições. A proposta original estabelecia seis meses, prorrogáveis por mais seis.

Pressão dos ruralistas modifica proposta

A MP 239 faz parte do chamado Pacote Verde, lançado pelo governo após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, que trabalhava com colonos na região conhecida como Terra do Meio, situada na área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Na versão original, a medida provisória proibia os desmatamentos em 8,2 milhões de hectares ao longo da rodovia, para permitir a realização de estudos pelo Ibama e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

O relator da matéria na Câmara, deputado Nícias Ribeiro



Medida integra o Pacote Verde, lançado pelo governo federal, que prevê ainda a criação do Serviço Florestal Brasileiro. A Lei da Mata Atlântica, aprovada na Câmara, está em tramitação no Senado

(PSDB-PA), chegou a elaborar parecer contrário à MP, diante da reação da bancada ruralista, que considerou as medidas “muito rigorosas”.

Um acordo acabou permitindo a aprovação da proposta, depois de entendimento firmado entre a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, técnicos do MMA e o deputado Luciano Zica (PT-SP), que representou o governo.

As ONGs também pressionaram e encaminharam aos parlamentares um documento de apoio à MP, assinado por 27 entidades.

– O texto aprovado é fruto de um grande acordo político. É o possível diante da correlação de forças no Congresso – afirmou Luciano Zica.

O Ibama manifestou preocupação com o prazo de seis meses para a conclusão dos estudos sobre as novas áreas.

Uso restrito durante processo de criação de área protegida

Na Câmara, a bancada do Partido Verde apresentou um destaque para votação em separado (DVS) para tentar recuperar o texto original da MP 239, que proibia o desmatamento mesmo em áreas e atividades legalizadas. A proposta foi rejeitada.

Com a edição da MP, o governo criou a figura da “limitação administrativa provisória” em áreas submetidas a estudos para a criação de unidades de conservação. De acordo com o deputado Sarney Filho (PV-MA), trata-se na realidade de uma “moratória provisória” na exploração de florestas que poderá representar, segundo ele, “um freio de arrumação”, diante dos índices de desmatamento na Amazônia, que, no período 2003/2004, au-

mentaram em 6,2%.

O deputado explicou que a MP tornou-se necessária para respaldar a interdição da exploração de madeira em terras da União, na margem esquerda da rodovia Cuiabá-Santarém.

– Foi preciso modificar a Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que não previa a interdição como um dos passos para a criação de áreas de proteção ambiental – explicou o deputado. Sarney Filho afirmou que o simples anúncio de uma nova área a ser criada movimentaria a grilagem de terras e os desmatamentos. Com base no SNUC, as limitações de exploração não ficam restritas à Amazônia, passando a vigorar em todo o país.

Principais pontos do Pacote Verde

- ▶ Interdição da exploração de madeira em terras da União na margem esquerda da BR-163 (Cuiabá-Santarém), num total de 8,2 milhões de hectares.
- ▶ Criação de unidades de conservação, por meio de cinco decretos presidenciais, na chamada Terra do Meio, no Pará, onde foi assassinada a irmã Dorothy Stang, e nos estados do Acre, Amazonas e Roraima, no total de 5,2 milhões de hectares.
- ▶ Envio ao Congresso do projeto de lei (PLC 4.776/05) sobre gestão de florestas públicas, criação do Servi-

ço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal. O projeto foi aprovado em comissão especial da Câmara e será votado pelo Plenário daquela Casa, antes de ser enviado ao Senado.

- ▶ Edição da MP 239/05, que acrescenta artigo à Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A MP proíbe atividades que causam degradação ambiental (como derrubada de madeira) em área submetida a estudo para criação de unidade de conservação. A MP, aprovada na Câmara, está em discussão no Senado.

Lei da Mata Atlântica está parada

Anunciada pelo governo como prioridade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de lei da Mata Atlântica, depois de aprovado na Câmara, em 2003, está parado no Senado (PLC 107/03), diante da falta de entendimento sobre as restrições impostas ao uso desse bioma, que hoje tem apenas 7% de sua vegetação original.

Para enfrentar a situação, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), está articulando uma audiência pública para dar andamento às discussões. A ministra acredita que a lei deverá ser aprovada ainda este ano.

Segundo Marina Silva, “foram feitas várias tentativas de acordo com senadores,

sem resultados”. O maior ponto de discordância, observou a ministra, está na insistência para que seja mantido o artigo que prevê indenização para proprietários de terras em áreas de Mata Atlântica, “caso as limitações estabelecidas na lei afetem a potencialidade econômica de imóveis particulares”. A União e os estados reagiram ao dispositivo aprovado na Câmara dos Deputados, que poderá implicar grandes gastos para cobrir indenizações.

A proposta, em discussão há 13 anos no Congresso Nacional, é de autoria do então deputado Fábio Feldman. No Senado, o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador César Borges (PFL-BA).

Proteção a florestas de araucárias gera polêmica

Os critérios para a criação de sete unidades de conservação em áreas de florestas de araucárias, nos estados de Santa Catarina e Paraná, estão criando atritos entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e produtores rurais. As divergências foram discutidas em audiência pública que reuniu na semana passada as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Enquanto representantes do governo defendem a preservação das florestas de araucárias – ecossistema que abriga grande variedade de espécies, com a predominância da árvore popularmente conhecida como pinheiro brasileiro –, os

produtores criticam a medida, por, segundo eles, estar “penalizando comunidades inteiras e produtores rurais”.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, João Paulo Capobianco, procurou tranquilizar os ruralistas afirmando que não haverá processo de desapropriação caso parte da área seja transformada em reserva particular do patrimônio natural. Capobianco assegurou que o governo “está aberto” no sentido de rever os limites do zoneamento ambiental, com a criação de comissões técnicas em todos os municípios atingidos.

O vice-presidente da Federação de Agricultura do estado de Santa Catarina, Enori Barbieri, disse que o processo que

trata da desapropriação “é autoritário”. Já o representante do Ibama, Ivan Batiston, lembrou que as florestas de araucárias consideradas íntegras representam, atualmente, apenas 0,8% em todo o país.

Os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Alvaro Dias (PSDB-PR) criticaram a forma apressada com que o governo vem conduzindo o processo. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Leonel Pavan (PSDB-SC) pediram que as comunidades sejam ouvidas quando da demarcação de zoneamentos ambientais. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a posição do Ministério do Meio Ambiente e afirmou que a preservação ambiental é uma unanimidade, “desde que seja feita no quintal dos outros”.



Na opinião de Osmar Dias, o governo tem conduzido de forma apressada o processo de criação das unidades

COMISSÕES

Uma nova Sudene, com recursos para investir

Substitutivo apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tenta resolver um dos principais empecilhos para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): recursos para financiar os projetos de interesse da região.

O senador sugere três instrumentos para alavancar o desenvolvimento regional. O primeiro é autorizar o Banco do Nordeste (BNB) a criar um banco de investimentos nos moldes da subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecida com BNDESPar, que ajuda a viabilizar os empreendimentos por intermédio de participação direta no capital das empresas. O substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 59/04) intitula a nova instituição de BNBPar, que contaria com R\$ 400 milhões do Fundo Nacional de Desestatização e com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O segundo instrumento assegura a estabilidade no aporte de recursos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste



Antonio Carlos, entre Tasso Jereissati e Patrícia Saboya: criação de nova instituição para financiar o desenvolvimento do Nordeste

(FDNE), que sucedeu o antigo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). Pelo substitutivo de Antonio Carlos, esses recursos não poderão ser contingenciados e há uma previsão até 2023. O relator explica que, ao ampliar em dez anos o prazo previsto no texto aprovado pela Câmara, quis compatibilizá-los com a vigência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, estabelecido na reforma tributária.

A terceira providência foi dar flexibilidade na aplicação dos dois fundos. Pela nova redação,

o dinheiro do FDNE poderá ser aplicado em infra-estrutura e serviços públicos, como saneamento básico e recuperação de estradas, e em empreendimentos capazes de alavancar novas atividades produtivas locais.

O substitutivo ao PLC 59/04 também remove o teto de aplicação de 10% dos recursos do FNE para financiar comércio e serviços. Segundo o relator, essa limitação não tem sentido porque esses setores são importantes para o dinamismo da economia nordestina.

Só três ministros "fortes" poderão votar

A nova Sudene terá, pelo desenho institucional proposto no substitutivo, funções de coordenação e articulação das ações regionais a cargo dos vários ministérios e órgãos públicos. O projeto prevê um conselho deliberativo mais enxuto do que o aprovado na Câmara. Fora os 11 governadores da área de atuação da Sudene, o conselho terá "três ministros fortes" (como classificou o senador Antonio Carlos Magalhães) – os da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional – como membros permanentes e com direito a voto, além do superintendente da Sudene.

Os demais ministros participam como membros consultivos, sem direito a voto. No texto da Câmara, nove ministros integrariam o conselho, além de representantes dos municípios, dos empresários e dos trabalhadores e do presidente do BNB.

O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), destacou que uma das grandes contribuições do substitutivo é

possibilitar que a Sudene trabalhe com uma visão de desenvolvimento socioeconômica, integrando as áreas de educação, infra-estrutura e saúde, entre outras.

– Os objetivos propostos são ambiciosos, mas são os mais justos – avaliou Jereissati.

No parecer, Antonio Carlos colocou, entre os objetivos da Sudene, a geração de emprego e renda; a redução das taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo; a melhoria das condições de habitação; a universalização do saneamento básico e da educação.

O relator enfatizou a grande desigualdade existente entre o Norte e o Nordeste e o Sul e o Sudeste, comparando índices como os de mortalidade infantil e de domicílios com água tratada, muito desfavoráveis nas duas regiões menos desenvolvidas.

A CDR promoverá debates regionais antes de examinar o substitutivo. Também ficou acertado que a comissão irá votá-lo até o fim de junho. Antes disso, está



Por sugestão de Marco Maciel, projeto será debatido por meio de videoconferência

prevista a realização de videoconferência pelo Programa Interlegis, no dia 16 próximo, por sugestão do senador Marco Maciel (PFL-PE), para que a discussão sobre a recriação da Sudene possa ser acompanhada simultaneamente em várias capitais e cidades importantes do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que possuem municípios situados na área de atuação da Sudene.

Crédito para agricultor afetado por barragem

Os agricultores de assentamentos de utilidade pública e de interesse social poderão ser beneficiários de crédito rural especial e diferenciado. Projeto (PLS 157/03) do senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em caráter terminativo, e irá direto a exame da Câmara, se não houver recurso ao Plenário.

A medida, de acordo com o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), será benéfica para agricultores cujas terras foram atingidas pela construção de barragens, estradas e obras de engenharia.

– Os atingidos querem a criação de linha de crédito para custeio e investimento nas propriedades para onde foram transferidos, devido à construção das obras. Também requerem das empresas a compra de terra para assentamentos, pagamentos de crédito às famílias que foram excluídas e revisão do processo de indenização – disse Valadares.

Em caráter terminativo, a comissão aprovou ainda o PLS 145/01, do então senador Luiz Pontes (PSDB). A proposta altera a Lei 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola, e inclui artigo que permite fixar tarifas especiais de promoção ao desenvolvimento da aquicultura.

A comissão acolheu também parecer favorável ao PLC 31/04, que exclui os imóveis concedidos pelos programas oficiais de agricultura familiar das regras de parcelamento do Estatuto da Terra.



Valadares, Jonas e Camata: vítimas de barragens devem ser beneficiadas

Conselho repudia busca e apreensão de livro

O Conselho de Comunicação Social enviou ofício à Mesa do Senado Federal em repúdio à decisão do juiz da 7ª Vara Criminal de Goiânia, que determinou busca e apreensão do livro *Na toca dos leões*, de Fernando Moraes, por ofensa ao deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). Na obra, Moraes reproduz declaração de Gabriel

Zellmeister, segundo o qual, se eleito presidente da República em 1989, Caiado teria um plano de esterilizar as mulheres nordestinas para acabar com a superpopulação no país. Em nota, o conselho classificou como censura a decisão do juiz, que proibiu, sob pena de multa, manifestações do autor e da editora sobre o assunto.

Projeto cria o Dia da Celebração da Amizade de Brasil-Israel

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável a projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que institui 29 de novembro como o Dia da Celebração da Amizade de Brasil-Israel (PLS 56/05). A idéia é fomentar as relações de cooperação política, econômica e cultural entre os dois países, explicou o relator, senador

Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A matéria será ainda analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde receberá decisão terminativa.

Crivella destacou a amizade que une os brasileiros a árabes e judeus e afirmou que não é a fé que cria desavenças, e sim a religião.

Transferida a audiência com deputados de Rondônia

Os deputados estaduais de Rondônia não compareceram, na terça-feira passada, à reunião da comissão especial externa do Senado criada para apurar denúncias, feitas no programa *Fantástico*, da Rede Globo, sobre a existência de esquema de propinas para a aprovação de projetos do Executivo na Assembléia Legislativa daquele estado.

Os parlamentares enviaram ofício explicando que, por terem sido notificados sobre a audiência pública somente no fim da tarde de segunda-feira, não tiveram tempo para se deslocar para Brasília. O encontro foi remarcado para esta terça-feira.

Deverá ser ouvido também o governador Ivo Cassol (autor da denúncia).

Como será a nova Sudene

- Conselho deliberativo será enxuto, com participação dos 11 governadores, três ministros e do superintendente da Sudene;
- Banco do Nordeste (BNB) será autorizado a criar banco de investimento para aplicar no capital das empresas nordestinas;
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) será administrado pela Sudene e seus recursos não poderão

- ser bloqueados pelo governo federal;
- Empresas de comércio e de serviços terão mais recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- Será criado o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais para que a Sudene possa articular a atuação dos bancos oficiais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES;
- Proposta orçamentária anual encaminhada pelo Executivo



deverá conter a regionalização das verbas para o Nordeste;

- Recursos orçamentários para custeio da Sudene não sofrerão contingenciamento.

COMISSÕES

Menos descontos no salário de domésticos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quinta-feira substitutivo do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) a projeto da Câmara que impede empregadores de efetuar descontos nos salários dos empregados domésticos referentes a alimentação, higiene ou moradia. A proposta (PLC 13/05), que altera a lei que regulamenta a profissão dos domésticos (5.859/72), será votada agora em Plenário.

No novo texto, o relator admite somente descontos de adiantamentos salariais ou da parte devida pelo empregado para a Previdência Social. Crivella argumenta que o empregado doméstico só reside no local de trabalho por necessidade do empregador. Este, em contrapartida, recebe maior prestação de serviços, já que “não há jornada delimitada para o trabalho doméstico”. O parecer foi lido na comissão pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

O substitutivo também acaba com a exigência de atestado de boa conduta para obtenção de emprego doméstico. Mas obriga o trabalhador a entregar ao patrão seu número de registro



GERALDO MAGELA
Projeto também libera domésticos de apresentar atestado de boa conduta

na Previdência, para anotação na carteira do trabalho (CTPS). Caso não disponha da inscrição, o empregado terá um dia de folga para a iniciativa, que também poderá ser tomada pelo patrão. O texto estabelece ainda prazo máximo de dez dias para que o patrão registre a carteira.

A CAS também aprovou parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pelo arquivamento de ofício do Conselho Admi-

nistrativo de Defesa Econômica (Cade), sobre sua decisão de arquivar, por falta de indícios, denúncia de monopolição e cartelização da hemodiálise no Brasil. Havia a suspeita de que as empresas National Medical Care Inc., Baxter International Inc. e Baxter Hospitalar Ltda estariam comprando todas as empresas e clínicas que prestam esse serviço, para eliminar concorrentes.

Apesar do arquivamento, o Cade pediu que o Senado analisasse possível contradição entre o princípio constitucional da livre concorrência e o inciso do art. 199 da Constituição, que veda “a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país”. Cabral disse que não cabe à CAS emitir juízos sobre decisão do Cade, mas que a comissão não encontrou contradição entre os dois dispositivos.

Ampliada iniciativa de ação civil pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade, na quarta-feira, projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que inclui no rol dos legitimados para propor ação civil pública outros entes jurídicos além dos que são autorizados pela legislação vigente. O colegiado acolheu parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com emenda do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O texto aprovado também permite que a iniciativa para esse tipo de ação seja tomada pelo presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara, das assembleias legislativas e das câmaras Distrital e municipais, governadores de estado e do Distrito Federal e prefeitos,

além da Defensoria Pública e do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A ação civil pública é proposta quando ocorrem danos ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valores artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Atualmente, de acordo com a Lei 7.347/85, que disciplina a matéria, têm legitimidade para propor a ação somente o Ministério Público, a União, os estados e municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações e as sociedades de economia mista. A legislação também confere legitimidade às associações, desde que criadas há pelo menos um ano.

A CCJ decidiu ainda criar comissão para discutir a rea-

lização de plebiscitos ou referendos, a fim de obter consenso sobre projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que determina a efetivação de consulta popular sobre temas que estão há até 20 anos aguardando deliberação do Congresso. A comissão terá 60 dias para apresentar proposta alternativa. Do contrário, será votado substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que se encontra pronto.

O substitutivo determina a realização de plebiscito até dois anos após a matéria ser aprovada. Jefferson propõe quatro temas para consulta: financiamento público de campanha, reeleição de chefes de Executivo, fim do voto obrigatório e recriação do estado da Guanabara.

Definição sobre TV digital será anunciada no próximo ano

A decisão do governo sobre qual será o padrão de TV digital no Brasil deve sair no próximo ano. O anúncio foi feito pelo secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa, em audiência na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, da Comissão de Educação.

A TV digital promete ser uma revolução, ao adicionar mais qualidade de imagem, som e interatividade à televisão. Mas falta consenso sobre o melhor modelo: o norte-americano, o europeu ou o japonês. O Brasil pode adotar um deles ou desenvolver outro próprio. Isso evitaria o pagamento de royalties a outros países e incentivaria a indústria brasileira, conforme o diretor da Associação da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Fernando Guerra.

Mas o país corre o risco de ficar isolado, alertou o consultor da Associação Brasileira de Emissoras

de Rádio e Televisão (Abert), Ricardo Bitencourt. Ele citou o exemplo do atual sistema de TV, o Pal-M, praticamente só utilizado no Brasil, que dificulta trocas de programas e

até de equipamentos com o exterior. O diretor da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, Ricardo Benetton, afirmou que não há esse risco. O senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da CE, disse que foi importante ouvir do secretário Paulo Lustosa que o relatório do grupo que estuda a implantação da TV digital será entregue ao governo em fevereiro (*com informações da Rádio Senado*).



Hélio Costa



Ruth Vilela (ao lado de Alvaro Dias) diz que ocorrências, embora "residuais", não minimizam problemas no campo

Audiência amplia debate sobre trabalho escravo

Em audiência na CPI da Terra, na quinta-feira, a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Ruth Beatriz Vilela, contou que o órgão fez 26.227 inspeções em fazendas de todo o país, entre 2003 e 2005, atendendo a mais de 2 milhões de trabalhadores. A constatação, disse, foi de que menos de 1% (9.073) estava em situação análoga à de escravo.

Ruth Vilela afirmou que as situações de trabalho forçado “são residuais”, mas ressaltou que o número reduzido não minimiza o problema geral dos trabalhadores, decorrente da ausência do Estado no meio rural. Observou, contudo, que há um início de conscientização dos produtores rurais.

A procuradora regional da República Raquel Dodge destacou a importância do trabalho do Congresso no combate à exploração do trabalho escravo. Porém, salientou que ainda é necessário aprimorar as leis.

O jornalista e representante da organização não-governamental (ONG) Repórter Brasil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Leonardo Sakamoto, destacou que normalmente o problema está associado à devastação ambiental, especialmente na Amazônia.

Representante da ONG Humanos Direitos, a atriz Letícia Sabatella defendeu a reforma agrária como forma mais eficiente de eliminar irregularidades. O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que manifestações de figuras públicas “de prestígio”, caso da atriz, são fundamentais.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que o tema é “vergonhoso”, embora muitas vezes a inobservância da legislação trabalhista seja vista como trabalho forçado. Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou que o problema “anda junto com crime ambiental, grilagem e violência no campo”.

Instalada Comissão da Mulher Latino-Americana

A Comissão Especial da Mulher Latino-Americana e Caribenha foi instalada na quinta-feira e deve funcionar até 31 de dezembro deste ano. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autora do requerimento de criação da comissão, foi eleita para a presidência, e o senador Papaléo Paes (PMDB-AP), para a vice-presidência.

A relatoria ficou com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O objetivo da comissão é planejar e coordenar a

execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. A reforma política está entre os tópicos que a comissão quer discutir durante o ano.

A participação da mulher na política é um ponto a ser analisado, segundo

Serys. Apesar de 52% da população brasileira serem mulheres, a presença delas na política não passa de 10%, informou.

Audiência pública vai analisar despejo de quilombo

A Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão aprovou requerimento para realização de audiência pública em Porto Alegre (RS) com o objetivo de discutir ação de despejo contra o primeiro quilombo urbano do Brasil, localizado naquela cidade. O autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), salientou que a iniciativa é importante para evitar injustiças.

Paim disse que, apesar de existirem aproximadamente 5 mil quilombos no Brasil, o tema ainda não está regulamentado. Ele enfatizou a importância da discussão do assunto por toda a sociedade, e não apenas pelas comunidades envolvidas.

– A luta contra o preconceito e o racismo não é uma luta de negros, mas de brancos e negros, em solidariedade – afirmou.

PLENÁRIO

Programa leva jovens de volta às escolas

Os senadores aprovaram, na sessão deliberativa de quinta-feira, o projeto de lei de conversão (PLV) da medida provisória (MP 238/05) que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude. A votação em Plenário foi simbólica e nenhum senador registrou voto contrário. A matéria segue para a sanção presidencial.

O programa quer incentivar 1 milhão de jovens entre 18 e 24 anos a retornarem às salas de aula, para a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e participação em ações comunitárias. Dez por cento das vagas serão destinadas aos jovens portadores de deficiências. Para participar, o jovem, sem vínculo empregatício, deve ter concluído a 4ª série. Os jovens receberão bolsa mensal de R\$ 100 pelo período máximo de 12 meses.

A relatora-revisora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), deu voto favorável mas frisou que o assunto merecia mais discussões. Ela afirmou que idêntico projeto foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, quando era chamado de Agente Jovem, informação ratificada pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM).



Lúcia Vânia, relatora da MP 238, disse que projeto idêntico foi criado no governo FHC

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o parecer, mas criticou o programa por criar 25 cargos públicos, aumentando as despesas sem a necessária previsão orçamentária. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), explicou que serão remanejadas apenas 25 pessoas para apoiar o projeto, dentro dos cargos já existentes.

Também discutiram a matéria Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), José Jorge (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Paulo Octávio (PFL-DF).

Já o PLV 8/05, aprovado na mesma sessão, institui o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede benefícios fiscais a entidades de ensino superior privadas em troca da abertura de vagas para alunos carentes. Poderão aderir ao projeto, oriundo da MP 235/05, as entidades mantenedoras das instituições de ensino que comprovarem, ao final de cada ano-calendário, a quitação de tributos e contribuições federais.

O relator da proposição, Hélio Costa (PMDB-MG), disse que o PLV estendeu os benefícios do ProUni a estudantes que cursaram o ensino médio com bolsas integrais ou parciais. O texto original beneficiava só os estudantes de escolas públicas.

Segundo destacou o líder do governo Aloizio Mercadante, o ProUni cria 400 mil vagas de ensino gratuito. Também discutiram o projeto os senadores José Jorge (PFL-PE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Protesto feminino interrompe sessão

Mulheres parlamentares interromperam a sessão deliberativa do Senado, quarta-feira, ao entrarem em Plenário carregando duas faixas exigindo que o Parlamento garanta o respeito às mulheres, em protesto contra as agressões verbais que o deputado federal Alberto Fraga (sem partido-DF) teria dirigido à deputada Luci Choinacki (PT-SC), durante reunião da CPI Mista da Terra.

Imediatamente, o presidente Renan Calheiros suspendeu a sessão, explicando que o Regimento Interno proíbe a exibição de faixas no Plenário. A sessão só foi retomada depois de retiradas as faixas.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Tião Viana (PT-AC) e Romeu

Tuma (PFL-SP) defenderam a atitude do presidente do Senado. As senadoras Heloísa Helena (PSOL-AL) e Ideli Salvatti (PT-SC) e os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Tião Viana (PT-AC), em discursos, criticaram a agressão à deputada.

Ao reiniciar a sessão, Renan afirmou que todos eram solidários com a deputada Choinacki e pediu desculpas pelo incidente.

Presidência



subsecretário-geral das Nações Unidas, Antonio Maria Costa, disse que crises políticas podem ser benéficas para o país, desde que resultem em reformas institucionais, tanto no Executivo como no Legislativo. - Até mesmo o Judiciário pode refletir, nesses momentos, se está imune à corrupção. Geralmente não está. A imprensa também pode aproveitar essas situações de crise política para apresentar uma cobertura isenta e construtiva, sem sensacionalismo - sugeriu. Representante da ONU no 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, Costa reuniu-se na última quarta com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com parlamentares de oposição, de quem recebeu um manifesto com críticas ao fisiologismo e à suposta "operação-abafa" promovida pelo governo federal.

Curtas

VISITA CHINESA Em nome do presidente Renan Calheiros, os senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Serys Slhessarenko (PT-MT) receberam a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional e presidente da Federação Nacional de Mulheres da República Popular da China, Gu Xiulian, acompanhada do embaixador chinês no Brasil, Jiang Yuand, e de 58 outras pessoas.

BUROCRACIA O presidente eleito da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Olavo Monteiro de Carvalho, apoiou a criação pelo Senado de comissão para propor medidas que reduzam a burocracia. Ele lembrou que são necessários 60 atos e aproximadamente 180 dias para que uma empresa se constitua no Brasil.

Prazo para adequação ao Código Civil é ampliado

Está prorrogado até 11 de janeiro de 2007 o prazo para que associações, sociedades, fundações e empresários se adaptem ao novo Código Civil. É o que prevê projeto de lei de conversão (PLV 12/05) aprovado na última quinta.

- Uma pesquisa do Sebrae indica que cerca de 80% dessas entidades ainda não se enquadraram no novo código. É por isso que existe necessidade imperiosa de ampliar o prazo - afirmou o relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

A senadora Ana Júlia Carrepa (PT-PA) ressaltou que a

proposta "é muito importante para as micro e pequenas empresas".

O projeto, originado da MP 234/05, altera ainda pontos do Código Civil, como o que trata da exclusão de associados e da competência das assembleias.

Falências

Além disso, o texto modifica a Lei de Falências. Permite que, nos processos ajuizados antes de a lei entrar em vigor, o juiz possa determinar a locação ou o arrendamento dos bens, a fim de evitar a sua deterioração.

Aprovada legalização de empréstimos para o Reluz

O Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/05, que legalizou os empréstimos de municípios para financiar o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). O texto, originado da



Marcelo Crivella

MP 237/05, excluiu a verba dos limites de endividamento previstos por lei.

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a MP tem como objetivo resolver os problemas da prefeitura de São Paulo surgidos durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. José Agripino (PFL-RN) concordou, mas disse que votaria a favor para não prejudicar os outros municípios

beneficiados.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), negou que a medida tenha como objetivo auxiliar a ex-prefeita, já que atinge mais de cem municípios. Além disso, acrescentou, o projeto destina

R\$ 900 milhões para compensar as perdas de arrecadação dos estados e dos municípios exportadores.

Na opinião do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a MP comete "uma grande injustiça" com o Rio de Janeiro, porque o estado atrai divisas por meio do turismo, mas receberá poucos recursos.

Encontro com 20 países discute o software livre

Representantes do Legislativo de 20 países discutiram, semana passada, no Congresso Nacional, o uso do *software* livre e a tecnologia da informação nos parlamentos, na 3ª Assembléia Geral da Associação Internacional de Parlamentares para a Tecnologia da Informação.

O termo *software* livre refere-se aos programas de computador em que o código-fonte é público, permitida sua alteração e distribuição, desde que os novos programas criados sigam as mesmas regras de livre distribuição.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre e Inclusão Digital, defendeu o uso do *software* livre e das tecnologias de informação como forma de combater a miséria e a exclusão social.

Também estiveram presentes à abertura do encontro os deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Luiz Piauhyllino (PDT-PE), o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa, e o secretário de Programas e Projetos do Ministério da Cultura, Célio Turino.

Videoconferência debate a mulher na política

Assembléias Legislativas de Mato Grosso, Acre, Bahia, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Piauí estiveram interligadas na 3ª Videoconferência "Lugar de Mulher é na Política", para discutir a reforma política e a participação das mulheres.

O evento é parte das comemorações do Ano Inter-

nacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha e foi organizado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), em conjunto com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o Interlegis, o movimento Articulação Por uma Reforma Política Ampla e Democrática e a bancada feminina no Congresso.

PLENÁRIO

Boas leis no combate ao trabalho infantil

O Congresso Nacional iniciou com boas leis instituições como o Ministério Público do Trabalho e as varas da infância e da adolescência, enfatizou o presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura da sessão especial pela passagem do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, na sexta-feira. A data, instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é comemorada em 12 de junho.

A sessão contou com a presença do ministro Lélvio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho, de dirigentes de entidades governamentais e da sociedade civil e de crianças atendidas por programas de combate ao trabalho infantil.

Renan observou que a legislação do país já impunha limites ao trabalho infantil, "mas o marco foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990". Ele admitiu que a aplicação de seus instrumentos não



Durante a sessão, o Plenário recebeu a visita de crianças atendidas por programas de erradicação do trabalho infantil

é simples, mas que já se pode comemorar a redução do número de crianças no mercado de trabalho, de 5,1 milhões, em 1995, para 2,7 milhões, em 2003.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que propôs a sessão, defendeu a federalização da educação básica e uma Lei de Responsabilidade Educacional. Também se pronunciou

Lúcia Vânia (PSDB-GO), que, como secretária nacional de Assistência Social, lançou em 1996 o Peti, programa federal que reduziu as dimensões do problema e, em 1997, ganhou quatro prêmios do Unicef. Patrícia Saboya (PPS-CE) defendeu o fortalecimento e expansão do Peti, que hoje atende 930 mil crianças e adolescentes.

Marco Maciel cobra mais atenção para o Nordeste

O senador Marco Maciel (PFL-PE) solicitou ao governo mais atenção à região Nordeste. Maciel reclamou que obras na região da caatinga, como alguns projetos de irrigação, estão em ritmo "extremamente reduzido". O senador pediu atenção também para a preservação do semi-árido e da caatinga.

- Venho à tribuna para cobrar do governo federal uma maior atenção para o Nordeste e, de modo especial, para os projetos que se voltam para mi-

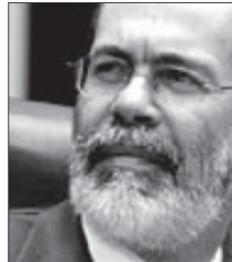
norar o sofrimento do homem do agreste e do sertão, homem que sofre as conseqüências de secas prolongadas e que aspira a uma melhor condição de vida - pediu o parlamentar, fazendo menção ao Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente, em 5 de junho.

Nas últimas semanas, contudo, a região tem sido afetada por fortes chuvas, o que motivou Marco Maciel a solicitar ajuda federal para seu estado, onde ocorreram 26 mortes e há 30 mil desabrigados.

Mesquita Júnior critica ação policial

Uma ação policial realizada em Rio Branco, Acre, motivou protesto do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) na terça-feira. Ele informou que lideranças partidárias foram intimidadas quando panfletavam

na Esquina da Alegria, discutindo com a população a necessidade de pressionar o governo a inves-



Mesquita Júnior

tigar casos de corrupção denunciados nas últimas semanas.

- Muitos pensam que meu estado, governado pelo PT, é um "paraíso da democracia". Mas foi tomada lá uma atitude vergonhosa para intimidar a população

- acusou o senador.

A polícia, disse ele, foi convencida a permitir a panfletagem.

Sibá comemora liberação de recursos do BNDES

A liberação de R\$ 136 milhões para o Acre, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi festejada em Plenário pelo senador Sibá Machado (PT-AC). O dinheiro, segundo ele, viabilizará a segunda fase do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do estado, que representa o maior projeto social do banco para um estado do Norte. A primeira fase consumiu R\$ 50 milhões. O financiamento será pago em dez anos, com juros de 3,25% ao ano, e uma contrapartida do governo do estado de R\$ 33 milhões. Uma das metas do programa, conforme o senador, é o fortalecimento do turismo.

Flexa Ribeiro elogia ações do governador do Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou na quinta-feira a gestão de Simão Jatene (PSDB-PA) à frente do governo do Pará. O parlamentar afirmou que Jatene vem alterando o perfil econômico do estado por meio de investimentos em infra-estrutura

e da modernização tanto da máquina administrativa como da base produtiva. Ele destacou, ainda, a popularidade do governador. Citando pesquisa do Ibope, o senador disse que Jatene obteve 85% de aceitação popular no estado. Em Belém, esse índice chegaria a 90%.

Augusto lamenta não atualização de censo do IBGE

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) lamentou, na quinta-feira, a decisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de não atualizar o censo feito no ano 2000 devido às "draconianas restrições impostas pelo Ministério da Fazenda".

De acordo com o parlamentar, o ministério argumenta que a pesquisa custaria aos cofres públicos a cifra de R\$ 300 milhões. O senador pondera, no entanto, que já se passaram cinco anos desde o último censo e os dados se encontram desatualizados.

Ana Júlia destaca Plano Safra para agricultura

O valor total do Plano Safra 2005/2006 para a Agricultura Familiar, de R\$ 9 bilhões, foi destacado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) na quinta-feira. O orçamento foi anunciado no dia anterior pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. A senadora afirmou que esse valor é quase 300% maior que o último apresentado no governo passado. Para ela, "isso é uma demonstração clara do compromisso do atual governo com a agricultura familiar".

- É justamente no governo Lula que se observam os maiores investimentos da história do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Projetos

Proposta muda regra eleitoral

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pretende que o quociente eleitoral (relação votos/cadeiras) deixe de ser o critério de definição do número de vagas de cada partido na Câmara Federal (PLS 158/05). Ele também propôs lei que regulamenta o exercício da profissão de físico (PLS 159/05); prioridade para alunos de baixa renda no ensino superior (PLS 174/05); e critérios especiais para que eles paguem anuidades de faculdades privadas (PLS 177/05). Sugeriu ainda o incentivo à contratação de pessoas maiores de 40 anos (PLS 178/05), a veiculação de advertências sobre consumo racional de água (PLS 176/05) e o fim de restrições temáticas de propostas de iniciativa popular (PLS 185/05).

Projeto regula telefonia celular

Projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) proíbe a instalação de rádio-bases, torres e antenas de telefonia celular a menos de 200 metros de áreas residenciais, de creches e de unidades de saúde, entre outras restrições (PLS 164/05). O senador sugeriu ainda o fim de multas quando tenha sido cancelado o CNPJ de pessoa jurídica inativa (PLS 165/05), além de buscar assegurar ao locatário de imóvel o direito de optar pelo seguro de fiança locatícia (PLS 163/05) e de permitir a dedução de despesas trabalhistas com empregados domésticos no Imposto de Renda Pessoa Física (PLS 162/05).

Destino para documentos de CPIs

Proposição do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) possibilita que documentos sigilosos requisitados por comissões parlamentares de inquérito sejam encaminhados ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Ministério Público, órgãos legalmente fiscalizadores, após o encerramento dos trabalhos, independentemente da análise do relatório pelos membros da comissão (PLS 167/05). O destino desses documentos, de acordo com Antero, não estão claramente definidos pela lei.

Salário-desemprego para a reabilitação de ex-detentos

Os presos libertados podem ter direito ao seguro-desemprego por três meses. A medida, sugerida pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), busca assegurar a reabilitação social dos egressos, que também passariam por qualificação profissional (PLS 166/05). Proposta (PLS 157/05) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) autoriza a criação da Escola Agrotécnica de Rio Branco (AC).

Regulamentação dos serviços de segurança privada

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou projeto que regulamenta a prestação de serviços de segurança privada (PLS 168/05). Ele argumenta que as leis atuais referem-se apenas às empresas de transporte de valores que prestam serviços a bancos ou outras instituições financeiras. Já sua proposta trata da vigilância patrimonial, física e até eletrônica.

Contra a publicidade para empréstimos

O senador José Jorge (PFL-PE) quer proibir a publicidade das instituições financeiras que incentiva aposentados e pensionistas a adquirirem empréstimos em consignação descontados em folha (PLS 161/05), prática que chamou de "ilusão pregada pelo governo". "As campanhas publicitárias apresentam o paraíso aos aposentados sem lhes mostrar o inferno que lhes virá depois", criticou.

PLENÁRIO

Lula nomeia quarta-feira membros dos conselhos da Justiça e do MP

Os 15 membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os 14 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) serão nomeados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade marcada para as 17h30 de quarta-feira, no Palácio do Planalto. Os dois conselhos foram criados pela Emenda Constitucional 45/04, que instituiu a reforma do Judiciário, com o objetivo de exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público, e de fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos juizes brasileiros

e dos procuradores do MP.

Cabe ainda aos conselhos zelar pela autonomia das respectivas instituições que representam, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências. Ambos os conselhos têm também a atribuição de apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos sob sua jurisdição, com poderes, inclusive, para rever e desconstituir tais atos, ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Valadares responde à OAB e CNBB

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e contra a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por reclamarem, em nota publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, contra o projeto de lei (PLS 76/03) que trata da representação contra as infrações eleitorais. Segundo o senador, as entidades participaram de audiência pública para debater a proposta e na ocasião não apresentaram nenhum descontentamento. “Eu jogo limpo; eu não jogo desta forma, com um ato covarde como este”, afirmou o senador.

Alvaro Dias cobra decisão para requerimento

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reclamou de não ter sido colocado até agora em pauta no Plenário requerimento de sua autoria, entregue em 18 de novembro de 2004. O senador criticou a “lentidão dos procedimentos” e informou ter apresentado o documento para pedir informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a respeito de aplicações das empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional, além de suas respectivas fundações, no Banco Santos, cuja intervenção foi decretada pelo Banco Central ano passado. Alvaro Dias incluiu no requerimento também as aplicações do Banco do Nordeste. O relator do documento é o senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Demostenes quer ouvir Gushiken sobre denúncias

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) comunicou ao Plenário que vai enviar requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) convocando o secretário de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência, Luiz Gushiken, para prestar esclarecimento sobre denúncia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em que ele é acusado de criar transportadoras de gás natural “de papel” para a subsidiária da Petrobras, Gaspetro, e de indicar apadrinhados políticos para dirigi-las.

– Gushiken criou cargos de papel para empregar seus amigos esotéricos – disse o parlamentar.

Suplicy defende voto de apoio a Pelé

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a aprovação de voto de apoio a Pelé, pelo difícil momento que vive com a prisão de seu filho Edson Nascimento, o Edinho, ex-goleiro do Santos, acusado de crime de associação para o tráfico de drogas.

– Esse grande jogador tem contribuído para que muitos jovens tenham uma vida mais saudável – afirmou Suplicy, apoiado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Flávio Arns (PT-PR)

EMPREGO – O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) contestou a conclusão do simpósio “O Grito do Rio”, promovido pela federação das indústrias do estado, que recomendou mais equipamentos e mais policiais e celas, gestão de informações e combate à pirataria.

– Esse não é o grito do Rio. É o grito dos ricos. O grito do Rio é por mais empregos – defendeu.

FARC – O senador Cristovam Buarque (PT-DF) vai entrar com representação contra Demostenes Torres (PFL-GO) na Corregedoria, porque o senador por Goiás o teria chamado de “moleque”. Demostenes o teria também acusado de manipular as investigações da comissão mista que apura denúncias sobre possíveis contribuições feitas pelas Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) a campanhas do Partido dos Trabalhadores.

Tebet saúda entrada em vigor da Lei de Falências

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou, da tribuna, a nova Lei de Falências, da qual foi relator, e que entrou em vigor na quinta-feira, depois de 11 anos de tramitação. Para Tebet, a lei facilitará a recuperação das empresas em dificuldade, ajudando a gerar mais empregos e, conseqüentemente, diminuindo o chamado custo Brasil. Na opinião do senador, a lei veio para substituir uma legislação antiquada.

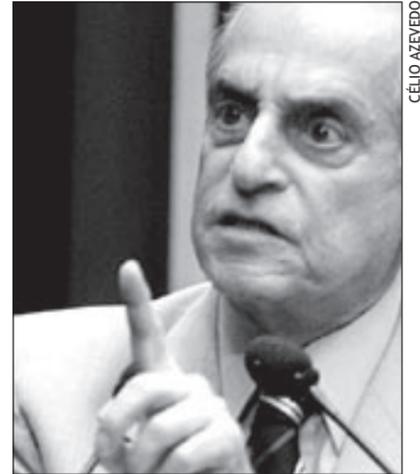
– Um dos grandes entraves para o desenvolvimento do país é o chamado custo Brasil. Nós temos uma das maiores burocracias do mundo – disse Tebet, lembrando que, no Brasil, demora-se mais de 150 dias para

abrir uma empresa.

A principal novidade da lei é o fim da concordata, substituída pela recuperação judicial. Para entrar no processo de recuperação, a empresa precisa antes renegociar suas dívidas tributárias e apresentar Certidão Negativa de Débitos.

Tebet reclamou de algumas reformas incompletas que o Brasil ainda tem, como a da Previdência e a tributária, paralisadas na Câmara dos Deputados. Estes fatos prejudicam o desenvolvimento do país, acredita Tebet, pois geram insegurança e desestimulam os investidores nacionais e estrangeiros.

O parlamentar destacou que, durante a discussão da nova



CÉLIO AZEVEDO

Tebet reclamou que outras reformas importantes continuam paradas, como a tributária e a da Previdência

Lei de Falências no Senado, foram ouvidos representantes do Ministério Público, da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos empresários e do Sebrae, entre outros, “um trabalho verdadeiramente democrático” na opinião de Tebet.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) relatou visita de Ramez Tebet ao Rio Grande do Sul para explicar a nova lei para trabalhadores e representantes do movimento sindical gaúcho.

Magno Malta pede votação imediata da PEC Paralela

O senador Magno Malta (PL-ES) reafirmou o apoio de seu partido à votação imediata da proposta de emenda constitucional que atenua os efeitos da reforma da Previdência, conhecida como PEC Paralela. O parlamentar lembrou que a apresentação da PEC foi resultado de um compromisso assumido pelo governo, graças ao esforço dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Paulo Paim (PT-RS), que saíram em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Magno Malta disse que está esperando o cumprimento do

acordo feito com o governo para que a matéria seja votada, beneficiando milhares de trabalhadores. Na opinião do senador, uma das coisas que contribuiu para que a base do governo “se tornasse gelatinosa” foi o descumprimento desse acordo, com a demora da Câmara para aprovar a matéria, quando havia sido acordada sua apreciação imediata naquela Casa.

O senador leu em Plenário um e-mail de um cidadão agradecendo pela sua posição favorável à PEC e revelando também sua admiração a Paim.



Magno Malta

Paim: há acordo para votação urgente da emenda

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que, em conversa com vários líderes, ficou acertado o envio de um requerimento de urgência para que a proposta de emenda à Constituição que minimiza os efeitos da reforma da Previdência no setor público, conhecida como PEC Paralela, seja votada até o fim do mês. Para o senador – que chamou a PEC Paralela de “a grande obra do Senado” –, com o acordo de lideranças é possível avançar nos prazos de tramitação, porque existe uma grande expectativa por parte dos servidores.

Suassuna reivindica mais verbas para prospecção

O senador Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, pediu que o governo libere as verbas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) destinadas à prospecção de petróleo. Suassuna destacou que a ANP faz jus a um percentual de cada direito de exploração de jazidas leiloadas pela União. No entanto, afirmou, dos R\$ 2 bilhões que a agência reguladora deveria receber este ano, até agora só recebeu apenas R\$ 16 milhões.

Suassuna informou que, na área do rio Piranhas (PB), encontrou-se quantidade razoável de petróleo de excelente qualidade, graças aos trabalhos de prospecção no local. Entretanto, o estado não consegue receber recursos para a prospecção de jazidas em águas profundas, devido ao contingenciamento dos recursos da ANP, disse Suassuna. O senador acredita que, com US\$ 5 milhões para a prospecção, o direito de exploração poderá ser leiloado, no ano que vem, por até US\$ 200 milhões.

– Traremos investimentos para a região que o governo tem esquecido e vamos gerar empregos para a juventude – argumentou Suassuna, apoiado, em aparte, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

Saturnino prega cautela no uso das reservas do país

A possível escassez de petróleo – e os cuidados que o Brasil deve tomar para não ser surpreendido – foi tema do discurso do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) na segunda-feira (6). Para o parlamentar, “o país deve preservar sua produção para o cenário grave que se avizinha”.

O senador reconheceu que, atualmente, o Brasil “está muito bem situado no contexto internacional, muito longe das ameaças que pairam sobre as economias dos Estados Unidos, da Europa e da China”.

– O país está à margem dos conflitos provocados pela disputa do fornecimento de petróleo. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fantástico êxito da Petrobras, que está alcançando a auto-suficiência na produção do combustível. E, em segundo lugar, ao domínio da tecnologia de produção de combustíveis renováveis, principalmente do etanol, mas também do biodiesel, possível graças às pesquisas incentivadas pelo governo – afirmou.

Saturnino defende a não realização de licitações para a exploração de novos campos antes que sejam feitos “estudos cautelosos”.



Saturnino

Voz do Leitor

SANEAMENTO

“O Projeto de Lei 5.296/05, que institui as diretrizes e a Política Nacional de Saneamento Básico, enviado ao Congresso pelo governo, deve ser aprovado o mais rápido possível. As regras não são apenas para água e esgoto. A proposta inclui coleta e tratamento de lixo e drenagem de águas pluviais no conceito de saneamento. Sua aprovação afastará, de uma vez por todas, o fantasma da privatização do saneamento no Brasil.”
Thiago Pinto Dantas, de Olindina (BA)

RODOVIAS

“No nosso país, há muitos pedágios em rodovias, mas elas continuam em más condições de conservação, ocasionando danos a carros, caminhões e carretas. As empresas administradoras de pedágios nada fazem para ressarcir prejuízos ou evitar os danos causados aos veículos e às mercadorias transportadas.”
Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

REAJUSTE

“Solicito a criação de um projeto para instituir o reajuste dos benefícios

dos aposentados proporcionalmente aos aumentos do salário mínimo.”

Ivanir Martins Lacerda, de Coronel Fabriciano (MG)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

“Sugiro que seja apresentado projeto que vise obrigar as prefeituras a prestar contas em rádios das cidades. Assim, a população estaria mais em contato com o governo municipal.”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

SAÚDE DA FAMÍLIA

“Sugiro um projeto de lei que inclua nos programas de atendimento familiar, na área de saúde, agentes qualificados para prestar esclarecimentos sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre substâncias psicoativas.”

Joenilson Batista Santos, de Salvador (BA)

SERVIDOR PÚBLICO

“Sugiro aos senhores senadores um projeto de lei que conceda ao servidor público estatutário o direito de ter a carteira de trabalho assinada.”

Edson Mesquita, de Concórdia do Pará (PA)

DOAÇÃO DE LIVROS

O Instituto Cultural Arte Brasil, de Londrina (PR), solicita doação de livros novos ou usados para serem utilizados pelos 600 alunos dos seguintes projetos sociais: *Batuque na caixa* (aulas gratuitas de música, literatura e teatro), *Aqui tem livro* (formação cultural de jovens) e *Treinamento musical* (acesso a bolsas de estudo em academias musicais, material didático e profissionalização de jovens). Quem puder fazer as doações pode entrar em contato com o maestro Aldo Moraes pelo telefone (43) 3321-8812 ou pelos e-mails aquitemlivro@bol.com.br e ongartebrazil@bol.com.br

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

SAÚDE PÚBLICA

Cremildo de Almeida Melo Júnior, de Iúna (ES)

“Senador Tião Viana, gostaria de saber se existe algum projeto de lei no Senado sobre investimentos em saúde pública no interior dos estados. Existem problemas em relação aos médicos que saem das capitais para as pequenas cidades.”

O senador Tião Viana (PT-AC) responde:

Prezado Cremildo, desde que cheguei ao Senado, em 1999, busco, como senador e médico que sou, criar as condições necessárias para melhorar a vida dos brasileiros. Por meio de projetos, intervenções em Plenário e ações no âmbito do Executivo, temos conseguido, aos poucos, oferecer um serviço de saúde pública mais adequado. Quanto à sua primeira pergunta, a resposta está na própria Constituição federal. A Emenda Constitucional 29/00 alterou os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 168 e acrescentou ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias normas que asseguram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Emenda 29 fixou percentuais de investimentos na área pelos entes federados: a partir de 2004, os estados deveriam investir 12% e os municípios, 15%. No caso da União, a parcela corresponde ao valor equivalente ao período anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB). Em relação à atuação dos médicos no interior, apresentei o Projeto de Lei 552/99, em tramitação no Senado, alterando o artigo 17 da Lei 3.268/57, para que os conselhos regionais de Medicina concedam registro provisório a médicos formados no exterior, para que possam trabalhar em regiões de comprovada inexistência ou escassez de médicos ou de especialista necessário para aquela região. Também enviei ofício ao presidente Lula sugerindo a criação do Estágio de Interiorização Solidária, que seria executado por médicos residentes e destinado às populações de regiões pobres e que não contam com médicos. Hoje, o Brasil possui 300 mil médicos em exercício, mas em cerca de mil municípios não há um sequer. O projeto será um grande impulso, já que o país conta hoje com cerca de 12 mil médicos residentes, conforme dados da Comissão Nacional de Residência Médica.



DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

José Velozo da Silva, de Maceió (AL)

“Senador Edison Lobão, gostaria de saber se, em tempos de preocupação em estancar o desemprego, a proposta que o senhor apresentou, de reduzir a multa por demissão sem justa causa, não incentiva as empresas privadas a demitir.”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Prezado José, a verdade é que a legislação trabalhista contribuiu para ampliar o desemprego. Os empregadores temem contratar novos empregados em função das garantias trabalhistas. Meu projeto tem o objetivo de estimular mais contratações. Como sabemos, nenhum empregador dispensa um bom empregado, correto e cumpridor dos seus deveres. E deseja encontrar outros assim, mas sem as duras restrições impostas pela CLT.



Frases

“Antes um pássaro na mão do que dois voando”

José Jorge, sobre a possibilidade de que sejam instaladas duas CPIs: uma dos Correios e outra do “mensalão”.

“Não temos medo de cortar na nossa própria carne”

Delcídio Amaral, ao afirmar que o governo não teme investigações e continuará combatendo a corrupção.

“Não vou apequenar o Congresso nem me apequenar neste momento grave da vida nacional”

Renan Calheiros, garantindo que não permitirá que maus políticos contaminem a imagem do Legislativo.

“Que hotel vai colocar uma placa ‘área de risco de assalto’ para alertar o turista?”

Leonel Pavan, justificando seu parecer contrário a projeto de lei da Câmara que obriga os prestadores de serviços a informar sobre o risco a que o turista está exposto.

“A única mensalidade que conhecemos são os 20% descontados do nosso salário, com a qual sustentamos o partido”

Aloizio Mercadante, rebatendo denúncia do deputado Roberto Jefferson de que o PT pagaria uma “mensalidade” a deputados da base governista em troca de apoio.

“O que se deseja é emascular a CPI”

César Borges, em protesto contra a tentativa, por parte do governo, de controlar a CPI dos Correios.

“Quem pactuou é corrupto, quem soube e não denunciou é prevaricador. Isto se aplica ao presidente Lula e aos demais membros do governo”

Arthur Virgílio, que apresentou requerimento convidando 30 pessoas citadas na entrevista em que o deputado Roberto Jefferson denuncia esquema de propinas a parlamentares aliados do governo.

“Chegou a hora do pagar para ver, a hora da verdade”

Paulo Paim, sobre a decisão dos senadores do PT de apoiarem a instalação da CPI dos Correios.

“O Brasil está precisando de um estadista, um estadista não persegue adversários e não protege amigos que cometem desvios”

Jefferson Péres, que manifestou preocupação com os desdobramentos e o desfecho da crise política.

Foto da Semana

No dia em que a irmã Dorothy Stang, assassinada em Anapu (PA), completaria 74 anos (7 de junho), diversas entidades sociais, sindicais e ambientalistas realizaram ato em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília. Vestidos com camisetas com a mensagem “A morte da floresta é o fim da nossa vida” e segurando fotos da missionária, os manifestantes pediam paz na floresta e a presença efetiva dos órgãos federais na Amazônia



VALTER CAMPANATO/ABR

De gago a um grande cantor

A programação cultural da Rádio Senado apresenta, no fim de semana, um dos maiores intérpretes da música brasileira: Nelson Gonçalves, que é o destaque do *Música do Brasil*, no sábado, às 16h.

O gaúcho de Santana do Livramento era gago, o que lhe rendeu o apelido, quando garoto, de Metralha. Aos seis anos, cantava em feiras livres com o pai, que tocava violino e se fingia de cego para ganhar alguns trocados. Nelson Gonçalves foi também jornalista, engraxate, mecânico, polidor e tamanqueiro, antes de estudar canto acadêmico por seis anos com o maestro Bellardi, que explicou ao futuro cantor que ele não era gago, e sim "taquilárico" ("que pensa mais rápido do que consegue falar", como definia), e ajudou-o a contornar o pro-

blema, além de aconselhá-lo a seguir a carreira popular.

O programa apresenta a interpretação de Nelson Gonçalves para canções de Noel Rosa, Francisco Alves e Lamartine Babo, entre outros.

Ainda no sábado, às 9h, a Rádio Senado apresenta *Música Erudita e seus Mestres*, com obras de Dmitri Shostakovich, que compôs obras incidentais para filmes, contrariando as exigências de que a música dos compositores russos fosse ajustada aos ideais de comunismo daquele país. Entre as composições apresentadas está a música incidental para o filme *Hamlet*.

Importância das CPIs para a vida pública

O programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda, às 12h, aborda a polêmica relaciona-

da às comissões parlamentares de inquérito e a importância desse instrumento de investigação para a administração pública. Especialistas e parlamentares participam do debate, ao vivo, que conta com o ouvinte. Para participar, basta enviar comentários e questionamentos pelo telefone (61) 311-1261, pelo fax (61) 311-2777, ou por e-mail, para o endereço

conexao@senado.gov.br.

No domingo, às 9h, *Autores e Livros* entrevista o escritor Gonçalo Júnior, autor de *A Guerra dos Gibis – A Formação do Mercado Editorial no Brasil 1933/64*, que trata da censura aos quadrinhos e do preconceito contra os gibis. O livro mostra os bastidores de uma guerra entre donos de jornais, incluindo Roberto Marinho, que usaram os quadrinhos como pretexto. Para mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.



TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Muito mais que um diário de viagem nos trópicos

ALEXANDRE GUIMARÃES

Ele era apenas um nobre curioso pelas excentricidades dos trópicos. Observador de muita inteligência, aventureiro de argúcia destacada: este foi o príncipe Adalberto da Prússia, autor de uma das mais desconhecidas e mais destacáveis obras sobre a Amazônia brasileira.

Brasil: Amazonas-Xingu, da coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, do Senado Federal, é um dos melhores textos sobre uma região desconhecida – mas tão bela – para a maioria das pessoas até os dias de hoje.

O livro, que poderia ser apenas um diário da viagem feita por Adalberto entre 1842 e 1843, é enriquecido por minúcias técnicas, dados métricos e análises – obviamente, sem precisão científica – etnológicas, botânicas, zoológicas e antropológicas.

A chegada ao Rio de Janeiro, às vésperas do 7 de setembro, é de admirar pela precisa descrição da capital brasileira no século 19. O príncipe prussiano faz questão de detalhar tanto o comportamento do povo nas ruas e o tratamento dado aos escravos quanto a vida da

nobreza brasileira, salientando a notória inteligência do ainda jovem imperador brasileiro, dom Pedro II, em seus apenas 17 anos.

Enriquecem o texto os pormenores sobre a história brasileira e a geografia americana. Além disso, os capítulos sobre a viagem na Amazônia impressionam ao retratar, em detalhes, o contato com aquele povo rico em cultura e, em especial, com as populações indígenas, muitas ainda sem trato com outros povos.

A leitura de *Brasil: Amazônia-Xingu* é agradável e ilustradora de costumes e realidades tão pouco sabidos do brasileiro do século 21.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Brasil: Amazonas-Xingu* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

SENADO

Deficiente visual poderá acessar site do Senado

A partir de agosto, os deficientes visuais vão poder acessar algumas das principais informações e serviços do site do Senado. Uma subcomissão técnica (vinculada à Comissão da Internet do Senado) foi criada em janeiro para desenvolver e implantar um projeto com o objetivo de converter as páginas atuais, aplicando técnicas e padrões internacionais de acessibilidade.

Dar acessibilidade a um site é permitir que qualquer um, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou tecnológicas, tenha acesso às informações sem precisar de ajuda. Após a mudança, as páginas do Senado poderão ser lidas por programas utilitários (leitores de telas), que, com sintetizadores de voz, convertem para sons o conteúdo da tela de um computador. Outras mudanças vão beneficiar todos os cidadãos, como páginas mais leves, programação visual limpa, sistema de navegação simples e linguagem de fácil entendimento



GERALDO MAGELA

Até agosto, primeiras páginas do portal do Senado estarão adaptadas para assegurar maior acessibilidade aos internautas

para quem não está acostumado ao processo legislativo.

O presidente da subcomissão, Victor Annibal de Azevedo, da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), diz que a adequação será gradativa.

– Os trabalhos começaram em fevereiro, mas a fase atual é de estudos e treinamento. Até agosto vão estar adaptadas a página principal da Internet (*homepage*)

e as primeiras páginas dos seus portais: Senadores, Legislação, Notícias, Atividades Legislativas, Publicações e Outros.

Até dezembro estarão adequadas as páginas sobre os senadores, as mais consultadas (como as de notícias da Agência Senado) e as que prestam serviços ao cidadão, como o cadastro para acompanhar a tramitação de projetos de lei por e-mail.

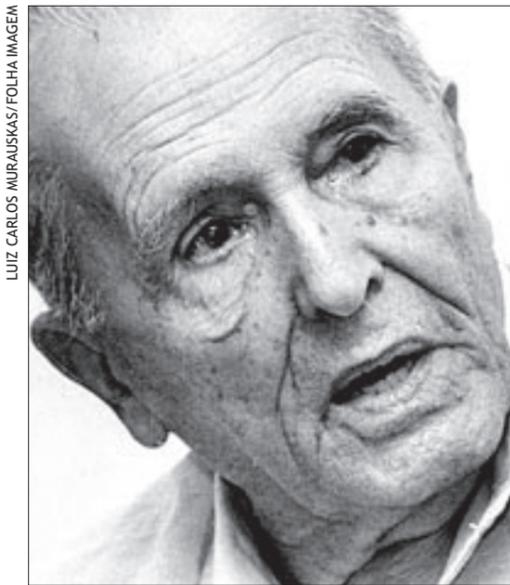
Livro relata período de domínio holandês

Em 1647 foi publicada, em Amsterdã, a primeira edição da obra do poeta e ensaísta Gaspar Barleu, na qual ele faz ao conde João Maurício de Nassau um relato dos oito anos que o conde holandês governou o Brasil, de 1637 a 1644. Um incêndio destruiu a editora e poucos exemplares de *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau* se salvaram das chamas. O Senado está apresentando uma reedição do livro para o

público potiguar na 3ª Bienal Nacional do Livro de Natal. Esta obra rara tem sido uma das mais procuradas nesses primeiros dias de funcionamento do evento.

Escrito originalmente em latim, o livro foi posteriormente traduzido para o alemão (1659), o holandês (1923) e o português (1940). As gravuras são do pintor Franz Post, considerado um intérprete do Brasil.

Conheça o Senado



O Cavaleiro da Esperança: jornada pelo interior do país aproximou-o do comunismo

Prestes, senador por menos de dois anos

Um dos políticos mais importantes da história brasileira do século 20, Luís Carlos Prestes teve a carreira marcada pela clandestinidade. Há 80 anos, no dia 10 de junho de 1925, Prestes assumiu a chefia do estado-maior das forças que se opunham à República Velha e tornou-se o líder do grupo que percorreu o país ao longo de 25 mil quilômetros por quase dois anos – a Coluna Prestes.

Apesar de ter fracassado no objetivo de derrubar o regime, a Coluna Prestes enfrentou tropas regulares do Exército, forças policiais dos estados e até mesmo tropas de jagunços sem jamais ser vencida em nenhuma batalha. O feito rendeu a Prestes a alcunha de Cavaleiro da Esperança. O movimento acabou em 1927, quando Prestes e

os 600 sobreviventes exilaram-se na Bolívia.

A experiência vivida na coluna, que percorreu grande parte do interior do Brasil e conheceu a situação de miséria da maioria dos brasileiros na época, aproximou Prestes do comunismo. Em 1934, embora estivesse na Rússia, Prestes filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Um dos líderes da Intentona Comunista de 1935, foi preso junto com a sua mulher Olga Benário. Mesmo grávida, Olga foi deportada por Vargas e morta em um dos campos de concentração alemães. A filha, Anita Leocádia, foi entregue aos cuidados da mãe de Prestes.

Ele, por sua vez, foi preso por nove anos e seis meses, boa parte deles

em regime completamente incomunicável. Em 1946, com a redemocratização do pós-guerra, assumiu uma cadeira no Senado e participou da Constituinte.

A experiência de atuar na legalidade durou pouco. Em janeiro de 1948 toda a bancada comunista do Congresso foi cassada, dada a anulação do registro da legenda no ano anterior. Na década de 60, Prestes retornou à política, mas o golpe militar de 1964 colocou-o de novo na clandestinidade.

Contrário à luta armada, provocou um cisma no PCB durante a ditadura militar. Em 1971, radicou-se na União Soviética até a anistia, em 1979. Quando voltou ao Brasil, tinha perdido espaço no cenário político e não exerceu outro cargo eletivo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Os caminhos para chegar ao INSS

Mais de 23 milhões de brasileiros estão inscritos no Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS. A adesão à Previdência Social do Estado é automática para todo trabalhador com carteira assinada. Para profissionais autônomos e empresários, a inscrição é opcional, assim como para quem não tem renda própria, como estudantes, donas-de-casa e desempregados. São os contribuintes individuais e facultativos. O trabalhador rural também pode optar pela inscrição, como segurado especial ou facultativo.

Uma vez inscritos, os segurados devem contribuir

mensalmente para o órgão. Em troca, eles têm direito a benefícios como aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença, entre outros.

O INSS tem cerca de 38 mil funcionários e 1.164 agências espalhadas pelo país. Para melhorar o atendimento, o órgão oferece pelo telefone e pela Internet vários serviços, mesmo em períodos de greve. Ligando para 0800-78-0191, o número do Pevfone, por exemplo, é possível saber o endereço e o horário de funcionamento das agências e quais são os documentos necessários para requerer benefícios. O atendimento é feito de se-

gunda a sábado, de 7h às 19h. A ligação é gratuita. Pela Internet, há mais opções. É possível requerer auxílio-doença, pensão por morte, atualizar dados cadastrais e acompanhar o andamento dos processos. O internauta pode ainda ler as últimas notícias sobre previdência e consultar a legislação.

Também neste *Especial Cidadania*, os requisitos para receber o amparo assistencial, benefício que garante um salário mínimo a idosos e portadores de deficiência impossibilitados de trabalhar. Segundo a Previdência, 2.130.341 pessoas recebem o auxílio atualmente.

O que é possível fazer

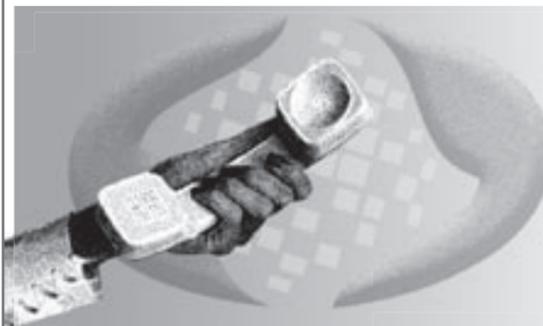
Pela Internet

- ▶ Inscrever-se no sistema, ou seja, formalizar o cadastro de contribuinte individual, facultativo, empregado doméstico e segurado especial
- ▶ Requerer auxílio-doença, pensão por morte (até 12 meses após o óbito, se o segurado recebia outro benefício da Previdência Social) e salário-maternidade (exceto para trabalhadora avulsa e segurada especial)
- ▶ Calcular aposentadoria e contribuições em atraso
- ▶ Conferir o calendário de pagamento de benefícios
- ▶ Consultar vínculos empregatícios
- ▶ Consultar endereços e horários dos locais de atendimento
- ▶ Atualizar dados cadastrais
- ▶ Autorizar débito automático da contribuição em conta corrente
- ▶ Acessar o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (para empresas)
- ▶ Pedir certidão negativa de débito (para empresas)
- ▶ Acompanhar o andamento dos processos
- ▶ Ouvir e ler notícias
- ▶ Consultar a legislação do sistema previdenciário
- ▶ Enviar reclamações à Ouvidoria
- ▶ Imprimir guias, formulários e extratos de recolhimento



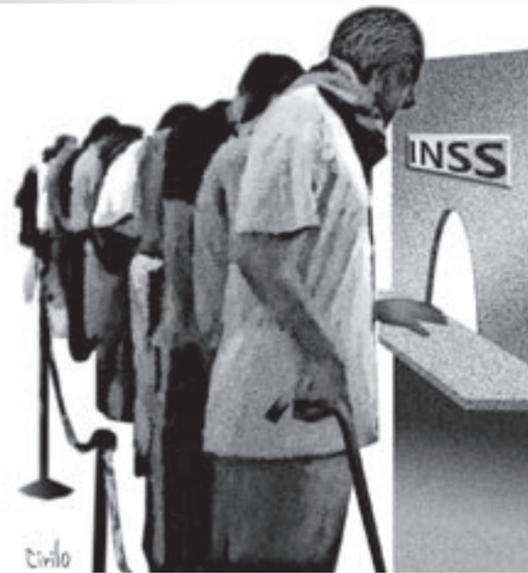
Pelo telefone

- ▶ Inscrever-se no sistema
- ▶ Obter informações sobre documentos, benefícios, andamento de processos e valores a receber
- ▶ Fazer denúncias e reclamações
- ▶ Saber datas de perícias médicas
- ▶ Consultar endereços e horários dos locais de atendimento



Atendimento nas agências

É indispensável comparecer a uma das agências do INSS para dar entrada em pedido de aposentadoria, requerer benefício por acidente de trabalho, pedir pensão por morte (após 12 meses da morte do ex-segurado), cadastrar senha de empresas, pedir amparo assistencial para idosos e pessoas com deficiência, entre outros pedidos. Independente da solicitação, o segurado deve apresentar CPF, documento de identificação (identidade ou carteira de trabalho e previdência social) e o número de identificação do trabalhador, entre outros, dependendo do benefício.



Informações

Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bl. "F"
70059-900 - Brasília (DF)
PevFone: 0800 780191 (segunda a sábado, de 7h às 19h)
Disque Denúncia: 0800 7070477
www.previdencia.gov.br

Ouvidoria do órgão
Formulário pela Internet:
www.previdenciasocial.gov.br

Correio eletrônico:
ouvidoria@previdencia.gov.br
Tel.: 0800 780191

Central de cartas
Caixa Postal 09714
70040-976 - Brasília (DF)

Ministério do Trabalho e Emprego
Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Ed. Anexo "A"
Térreo, sala TA-14

70059-900 - Brasília (DF)
Alô Trabalho: 0800 610101 (regiões Sul e Centro-Oeste, mais os estados do Acre e Rondônia) e 0800 2850101 (estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e demais localidades)
ouvidoria@mte.gov.br
www.trabalho.gov.br



Pedidos de aposentadoria e salário-família devem ser requeridos diretamente nas agências do INSS

Auxílio para idosos e portadores de deficiência

Idosos a partir de 65 anos que não exerçam atividade remunerada e portadores de deficiência impossibilitados de trabalhar (sem limite de idade) têm direito a um salário mínimo mensal. O auxílio é um direito garantido pelas Leis 8.742/93 e 10.741/03.

Para ter direito ao benefício, é preciso comprovar que a renda média mensal das pessoas da família seja inferior a um quarto do salário mínimo (hoje, R\$ 75). Além disso, essas pessoas não podem ser filiadas a um regime de previdência social nem receber qualquer outro benefício público.

Para o cálculo da renda familiar é considerado o número de pessoas que vivem na mesma casa, incluindo companheiro(a), pais, filhos (inclusive enteados) e irmãos não emancipados, menores de 21 anos e inválidos.

O benefício pode ser pago a mais de um membro da família desde que comprovadas todas as exigências. Nesse caso, o valor do benefício concedido a um dos membros será incluído no cálculo da renda familiar. O benefício é intransferível, não gerando pensão a herdeiros. Não é pago 13º salário.

Documentos para requerer o auxílio

Para requerer o benefício, é preciso apresentar o número de identificação do trabalhador (PIS/Pasep) ou o número de inscrição do contribuinte individual/doméstico/facultativo/trabalhador rural (se possuir); documento de identificação (identidade e/ou carteira de trabalho); Cadastro de Pessoa Física (CPF); certidão de nascimento ou casamento; certidão de óbito, se viúvo(a); comprovante de

rendimentos, se houver, dos membros da família; curatela (quando maior de 21 anos e incapaz para a prática dos atos da vida civil); tutela (no caso de menores de 21 anos filhos de pais falecidos ou desaparecidos). Para o deficiente, é necessário parecer da perícia médica do INSS comprovando a deficiência.

Se o pedido for feito por um representante, este deve apresentar CPF e carteira de identidade.

Onde se inscrever

A inscrição pode ser feita nas agências do INSS ou no Conselho Municipal de Assistência Social do local em que reside o interessado. O

pagamento do benefício é feito nas agências bancárias por meio de cartão eletrônico. Mais informações pelo Pevfone - 0800-780191.